

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Escola de Belas Artes**  
**Programa de Pós – Graduação em Artes Visuais**

**BRUNA MICHELS**

**O Sistema de Gerenciamento Térmico CLIMUS e o Arquivo Público Mineiro:**  
sua implantação e uso como meio para a estabilização climática

**BELO HORIZONTE**  
**2020**



BRUNA MICHELS

**O Sistema de Gerenciamento Térmico CLIMUS e o Arquivo Público Mineiro:  
sua implantação e uso como meio para a estabilização climática**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Artes Visuais.

Área de Concentração: Preservação do Patrimônio Cultural

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Almada

BELO HORIZONTE  
2020

Ficha catalográfica  
(Biblioteca da Escola de Belas Artes da UFMG)

Michels, Bruna, 1989-

O sistema de gerenciamento térmico CLIMUS e o Arquivo Público Mineiro [manuscrito] : sua implantação e uso como meio para a estabilização climática / Bruna Michels. – 2020.

102 p. : il.

Orientadora: Márcia Almada.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes.

1. Arquivo Público Mineiro – Teses. 2. Arquivos públicos – Teses. 3. Conservação preventiva – Teses. 4. Controle de temperatura – Teses. 5. Documentos arquivísticos – Conservação e restauração – Teses. 6. Patrimônio cultural – Proteção – Teses. I. Almada, Márcia, 1965- II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Belas Artes. III. Título.

CDD 702.88

Folha de Aprovação - Assinatura da Banca Examinadora na Defesa de Dissertação do aluno **BRUNA MICHELS** - Número de Registro - **2018663946**.

Título: “ **O Sistema de Gerenciamento Térmico CLIMUS: sua implantação e uso no Arquivo Público Mineiro**”.



---

Profa. Dra. Márcia Almada – Orientadora – EBA/UFMG



---

Profa. Dra. Ivana Denise Parrela – Titular – EBA/UFMG

  
Assinatura do titular / Signature du titulaire  
Bearer's signature / Firma del titular

---

Prof. Dr. Willi de Barros Gonçalves – Titular – EBA/UFMG

Belo Horizonte, 17 de agosto de 2020.



**Para Inês Casagrande Michels,  
pelo amor, fortaleza e fé.**





## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a CAPES/CNPQ e ao Programa de Pós-Graduação em Artes (PPGArtes) da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (EBA/UFMG) por me proporcionar a oportunidade de formação na área de Preservação do Patrimônio Cultural por meio de PPGArtes, além das trocas realizadas com os discentes de seu quadro. Muito obrigada.

Gostaria de agradecer à minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Almada, que acompanhando as minhas dificuldades para conseguir concretizar a escrita, se manteve ao meu lado realizando os encaminhamentos necessários para que eu pudesse concluir essa etapa de minha formação acadêmica. Principalmente pelas vezes em que foi necessário chamar minha atenção, as palavras de incentivo e indicações de qual caminho percorrer. Certamente foi um período de crescimento e aprimoramento acadêmico e pessoal.

Não poderia deixar de agradecer às instituições que contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação, seja com a disponibilização de fontes ou do tempo e atenção de seus técnicos à minha pesquisa. Ao Arquivo Público Mineiro, na pessoa de Flávia Andrade, à Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro, na pessoa de Márcia Alkimin. Ao Saulo Guths e ao Pedro de Brito Soares, agradeço a imensa contribuição nas falas de entrevistas e nos documentos compartilhados sobre o CLIMUS, o meu MUITO obrigada. Vocês foram fundamentais.

Acredito que, para a concretização de todo grande trabalho sempre há a contribuição de várias pessoas de diferentes formas e intensidades. Todo grande trabalho recebe aportes emocionais, materiais, simples, complexos. Nada se ergue sozinho, ainda mais quando a demanda envolve mudança de vida, de Estado, de cultura. Quando um trabalho é mais que um produto acadêmico, mas sim, a realização de um objetivo de vida, o encerramento de um ciclo toma uma proporção que vai além de parágrafos e concordâncias, bibliografias ou fontes. Essa dissertação contou com a contribuição de várias pessoas, igualmente importantes para a construção das páginas que seguem e que, direta ou indiretamente, estando longe ou perto fisicamente, foram fundamentais para o sucesso dessa empreitada. Para não cometer injustiças listo aqui representantes de todos aqueles que de alguma forma estiveram comigo na realização e encerramento desse ciclo: à Karoline Réos, Luiza Savi Mondo e Marcelle Guglielmi pelo ombro e boas lembranças; aos amigos de Florianópolis que a academia me

presenteou, Mariana Ouriques, Beatriz Mendes, Isabela Cristina Souza, Gustavo Pontes e Cássila C. P. de Melo, pelos desabafos e risadas acadêmicas; às amigas construídas em Minas Gerais, Carla Lauer, Suellen Alves de Mello, Thais Nodare e Vinícius Francisco Alves pelo incentivo e troca durante todo o percurso. Ao Cesar Augusto G. Machado, Aline Alves, Vinicius Cirqueira, Hudson Diniz, Camila Ayla, Ana Alice Resende e Letícia Terra pelo convívio e pelas nossas conversas, independente de qual fosse o tema.

Gostaria de agradecer imensamente à Alice Gontijo pela disponibilidade com que atendeu meu pedido, pela escuta atenciosa e pelas preciosas contribuições não somente na escrita e construção do texto, mas nos momentos em que precisei dividir minhas angústias e dúvidas. Querida, obrigada de coração!

A Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, meu sincero agradecimento por compreender minhas ausências e flexibilizar o meu horário de trabalho durante o período de desenvolvimento desta dissertação. Aos amigos de diretoria pelos momentos de descontração e reflexão. Agradeço principalmente toda a equipe da Coordenação de Gestão Documental, nas pessoas de Ana Grasiely dos Reis e Felipe Araujo Carvalho, pela paciência e apoio durante esse processo.

Por fim, gostaria de agradecer àquela que apesar dos receios, me incentiva; apesar da dor da saudade, entende a minha distância; que apesar de não concordar inteiramente com todos os meus posicionamentos, me ama e me respeita. À minha mãe, meu mais profundo agradecimento. Por me ajudar a chegar aonde cheguei e por ser meu núcleo, minha fortaleza e o caminho para onde voltar, sempre.

## RESUMO

O presente trabalho analisa a implantação e a utilização do sistema de gerenciamento térmico CLIMUS no Arquivo Público Mineiro (APM). Para compreendermos a trajetória da instituição até o momento atual, lançamos mão de um breve levantamento histórico do seu processo de criação, valorização das ações de guarda e manutenção do acervo documental, no momento de sua criação e primeiras décadas de existência ainda centradas na figura de Xavier da Veiga, assim como do seu entendimento no que diz respeito às atividades de preservação na rotina do Arquivo e as ações empregadas para salvaguarda do acervo e custódia de suportes físicos que irão balizar a construção da memória do estado de Minas Gerais. Realizamos também um breve apanhado do desenvolvimento das pesquisas acerca do controle climático e dos conceitos de conservação / conservação preventiva e a sua influência na perspectiva preservacionista para a contextualização das tomadas de decisão institucionais neste âmbito. Finalmente, abordamos a implantação do sistema CLIMUS no APM, desde os primeiros contatos realizados até as alterações na estrutura da edificação provenientes dos estudos realizados com o sistema. Este estudo objetiva verificar os principais benefícios provenientes da implementação do sistema CLIMUS na instituição investigada, buscando comparar as condições de preservação do acervo antes e depois da sua instalação, além de discorrer sobre as eventuais dificuldades encontradas durante o percurso da utilização do CLIMUS, apresentando a situação atual de uso pela instituição APM. Esta dissertação realiza indiretamente – buscando desenvolver os objetivos mencionados – um percurso histórico da instalação e uso do sistema CLIMUS no Arquivo Público Mineiro, registro que até então a própria instituição não havia construído. De maneira complementar esta dissertação também sinaliza a importância da organização dos documentos como forma de recuperação da informação.

**Palavras-chave:** Conservação Preventiva; Sistema de gerenciamento térmico – CLIMUS; Climatização; Arquivo Público Mineiro, Gerenciamento ambiental de acervos documentais.



## ABSTRACT

This paper analyzes the implementation and use of "CLIMUS", a thermal management system, used in Public Archives of Minas Gerais (APM). In order to understand the institution's trajectory up to the present moment, we made use of a brief historical survey of its creation process, actions of guarding values and maintaining the documental collection. We analyzed APM's creation and the first decades of its existence, when Xavier da Veiga was an important character of this institution. Also, we aimed to understand his preservation activities in the routine of the Archive and the actions used to safeguard the collection and custody of physical supports that will guide the construction of public memory about the state of Minas Gerais. We also provide a brief overview of the development of research on climate control and the concepts of conservation / preservative conservation and its influence on the preservationist perspective for the contextualization of institutional decision-making in this area. Finally, we discuss the implementation of the "CLIMUS" in the APM, from its first uses to the changes in the structure of the building, which was resulted from studies about this system. This study aims to verify the main benefits from the implementation of the "CLIMUS" in the institution, seeking to compare the preservation conditions of the collection before and after its installation. In addition, we discuss the possible difficulties encountered during the use of "CLIMUS", presenting the current situation of use by the APM. Indirectly, this dissertation aimed to make an historical journey of the installation and use of the "CLIMUS" in the Public Archives of Minas Gerais a research the institution itself had not yet developed. In a complementary way, this dissertation also points out the importance of organizing the documents in order to recover information.

**Keywords:** Preventive Conservation; Thermal management system - CLIMUS; Climatization; Public Archives of Minas Gerais; Environmental management of documental collections.



## **LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES**

Figura 1, 2, 3, 4 – Fotografias do antigo Laboratório de Encadernação e Restauração (LER) do APM	p. 53
Figura 5 – Imagem da primeira máquina com o sistema CLIMUS instalado	p. 75
Figura 6 – Imagem da interface do CLIMUS no Arquivo Público Mineiro	p. 76
Figura 7 – Imagem da interface do CLIMUS no Arquivo Público Mineiro	p. 77
Figura 8 – Esquema de insuflamento de ar em ambientes monitorados	p. 81
Figura 9 – Ilustração do sistema de desumidificadores	p. 82





## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABRACOR</b>	Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais
<b>ACAMP</b>	Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro
<b>AN</b>	Arquivo Nacional
<b>APM</b>	Arquivo Público Mineiro
<b>BN</b>	Biblioteca Nacional
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>CCNC</b>	Comissão Construtora da Nova Capital
<b>CECOR</b>	Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal
<b>CLIMUS</b>	Sistema de Gerenciamento Térmico Climus
<b>CNRC</b>	Centro Nacional de Referência Cultural
<b>CONARQ</b>	Conselho Nacional de Arquivos
<b>FAPEU</b>	Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária
<b>FUNDIF</b>	Fundo Estadual de Direitos Difusos
<b>FUNARTE</b>	Fundação Nacional de Artes
<b>IBRAM</b>	Instituto Brasileiro de Museus
<b>ICCROM</b>	International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
<b>ICOM</b>	International Council of Museums
<b>ICOM-CC</b>	International Council of Museums – Committee for Conservation
<b>IHGB</b>	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
<b>IP</b>	Índice de Preservação

<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>LACICOR</b>	Laboratório de Ciência da Conservação
<b>LER</b>	Laboratório de Encadernação e Restauração
<b>PNPI</b>	Plano Nacional do Patrimônio Imaterial
<b>PPPV</b>	Plano Permanente de Preservação e Valorização
<b>SIAAPM</b>	Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro
<b>T e UR</b>	Temperatura e Umidade Relativa
<b>UFMG</b>	Universidade Federal de Minas Gerais
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina
<b>VITAE</b>	Apoio à Cultura, Educação e Proteção Social (Fundação)

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	28
2. A HISTÓRIA DO APM E A CONSTITUIÇÃO DE SEU ACERVO .....	35
3. UMA BREVE TRAJETÓRIA DA PRESERVAÇÃO: A FORMAÇÃO DOS CONCEITOS E O DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS NO ÂMBITO DA CONSERVAÇÃO PREVENTIVA .....	55
3.1. Uma breve menção sobre a existência, ou não, de políticas institucionais: os aspectos institucionais como eixo central da conservação preventiva .....	55
3.2. Padrões de gerenciamento ambiental: trajetória, conceitos, e as mudanças na perspectiva da preservação de acervos .....	59
3.3. Estratégias para estudos climáticos.....	70
4. O SISTEMA DE GERENCIAMENTO TÉRMICO CLIMUS: UMA ANÁLISE DA SUA IMPLANTAÇÃO NO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO.....	73
4.1. Histórico e desenvolvimento do Sistema CLIMUS.....	73
4.2. Como o Sistema CLIMUS se comporta na prática.....	78
4.3. A implantação do CLIMUS no APM .....	83
CONCLUSÃO.....	92
REFERÊNCIAS .....	97
APÊNDICE A – LISTA DE DOCUMENTOS PESQUISADOS E ORGANIZADOS NO ARQUIVO DA DIRETORIA DE CONSERVAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO .....	104
APÊNDICE B – LISTA DE TODOS DOS OS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DO APM DESDE A SUA FUNDAÇÃO EM 1985.....	107



## 1. INTRODUÇÃO

As políticas e diretrizes de preservação dos itens que constituem os acervos e os arquivos institucionais estão relacionados aos mais variados tipos de suporte. De forma geral, a conservação preventiva, propriamente dita, depende da junção de monitoramento e controle de variados fatores de deterioração, como os biológicos, químicos, físicos e antrópicos, entre outros. Estamos falando, portanto, de um sistema complexo de ações que, em conjunto, podem mitigar o processo de envelhecimento dos materiais, bem como a sua exposição a sinistros, e, conseqüentemente, viabilizar a sua manutenção e uso na posteridade.

Via de regra, dentre todos os fatores de deterioração que poderíamos enumerar, destacam-se Temperatura e Umidade Relativa (T e UR)<sup>1</sup> como os principais causadores de danos em potencial aos materiais de suportes e mídias, uma vez que agem de forma direta em sua estrutura. Segundo o Professor Saulo Guths (2004, p. 2), que detalha este processo desses dois fatores, T e UR, geram “[...] um tipo de degradação de natureza química, por oxidação e hidrólise, que destrói as cadeias de materiais orgânicos, tornando-os frágeis e quebradiços.” No primeiro caso, a quebra das moléculas que causam a deterioração do material se dá pela ação do oxigênio; no segundo caso, a água é o fator que causa a aceleração do processo. A temperatura entra neste momento como o catalisador da oxidação, uma vez que altera a estrutura química dos materiais. Sendo assim, os acervos documentais dos arquivos, cujos suportes são predominantemente orgânicos – notadamente, o papel – merecem a nossa atenção tanto por sua vulnerabilidade quanto pela sua recorrência e volume nas mais diferentes instituições de memória.

Desde a chegada de um documento a uma instituição e o seu tratamento para a guarda e disponibilização ao público, as condições e os critérios de controle e monitoramento de T e UR devem ser pensados para garantir a maior sobrevida dos suportes. Todos os materiais trazem consigo um tempo de vida útil, possuindo em sua estrutura agentes físicos e químicos que cedo ou tarde irão tornar evidentes o seu processo de envelhecimento natural. Portanto, tão importante quanto qualquer outro tratamento a ser realizado em um acervo, podemos citar a conservação preventiva<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Quando estivermos nos referindo aos parâmetros de Temperatura e Umidade Relativa iremos utilizar a sigla T e UR para melhor fruição do texto.

<sup>2</sup> De acordo com o International Council of Museums (ICOM) define-se por Conservação todas as medidas e ações destinadas a salvaguardar o patrimônio cultural tangível; já a Conservação Preventiva

como elemento fundamental para qualquer etapa da vida de um bem cultural e para as atividades e ele relacionadas.

Arquivos são um dos equipamentos culturais, juntamente com Museus, Bibliotecas, entre outros, que lidam com as preocupações e cuidados relativos aos seus acervos de forma mais direta. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005 p. 19), entende-se por acervo os “Documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora”, sendo apresentado como um dos termos sinônimos, “acervo documental”. Esta explanação é necessária, pois este é o cenário onde os questionamentos acerca do nosso objeto de estudo se desenvolveram.

No estado de Minas Gerais, o Arquivo Público Mineiro (APM) é a instituição responsável pela guarda documental e tem a missão de “[...] planejar e coordenar a gestão de documentos, executar o recolhimento, a organização e a preservação de documentos provenientes do Poder Executivo de Minas Gerais e dos arquivos privados de interesse público e social” (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 2019). Fundado nos fins do século XIX pela Lei nº 126 de 11 de julho de 1895 na cidade de Ouro Preto, até então capital da província, o APM, como é popularmente conhecido, é a mais antiga instituição cultural de Minas Gerais. Sua ênfase se dá em trabalhos com documentos em papel e material fotográfico, os suportes documentais encontrados em maior quantidade em seu acervo.

Por seu caráter orientador, uma vez que é o APM quem dá as diretrizes de gestão de documentos, guarda e eliminação para todas as instituições do Poder Executivo a ele vinculado, o Arquivo está permanentemente preocupado com a preservação dos acervos de todo o Estado de Minas. Essa preocupação, identificamos nos registros encontrados, com informações a respeito das primeiras práticas de higienização e cuidado com pragas ainda nas primeiras sedes do APM. Apesar de na época em questão, ou seja, início do século XX, algumas ações para organização dos documentos serem colocadas em prática, não havia propriamente uma gestão de documentos como conhecemos hoje. A implementação da Gestão se dá recentemente em 2011, com a aprovação da Lei n. 19.420/2011, que estabelece a política estadual de arquivos, “[...] é o conjunto de procedimentos e operações técnicas relativas à produção, à classificação, à tramitação, ao uso, à avaliação e ao arquivamento de documentos, em

---

diz respeito a todas as medidas e ações destinadas a evitar e minimizar futuras deteriorações ou perdas e são realizadas no contexto ou em torno de um item. Cf.: ICOM, 2020.

fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou o seu recolhimento para guarda permanente.” (APM, 2020)

Como mencionado em lei, a avaliação é uma dessas práticas assim como o arquivamento de documentos que já cumpriram seu probatório ou informativo. Para que possamos manter arquivados documentos de forma permanente é imprescindível pensar na preservação desses suportes, fazendo com que diretamente esteja ligada à Gestão de documentos em qualquer instituição que mantenha acervos arquivísticos.

Durante as décadas de 1980 e 1990, foram implementadas mudanças na instituição como reflexo dos questionamentos em âmbito mundial que vinham sendo realizados por profissionais da área de preservação, transformando os discursos e certezas vigentes até aquele momento. Foram transformações relativas ao campo da conservação-restauração, principalmente no que tange aos parâmetros e procedimentos de análise e estudo empregados aos índices de controle e monitoramento climático. A partir das últimas décadas de século XX, para os procedimentos de estabilização de T e UR passou-se a considerar que as médias climáticas do histórico de vida das peças deveriam ser consideradas para estudo, assim como as especificidades de países fora da área do clima temperado, e não mais a repetição de paradigmas fixos e imutáveis. Essa nova forma de trabalhar a permanência de bens culturais insere novos campos de pesquisa e estudo à área de preservação, ampliando a perspectiva de trabalho com esses bens.

Durante esse processo de mudança e adaptação às novas perspectivas dentro do campo da preservação de bens culturais, surge uma ferramenta criada por pesquisadores brasileiros que auxilia no monitoramento dos índices de T e UR: o Sistema de Gerenciamento Térmico CLIMUS. A ferramenta desenvolvida pelo Professor Saulo Guths, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), conta com sensores de temperatura e umidade ligados a uma central que interpreta os dados, possibilitando a leitura imediata da situação climática de cada espaço de medição e, desde a década de 1990, vem sendo aprimorado para monitorar variações de T e UR em ambientes que necessitem de gestão ambiental. A vantagem do seu uso é a disponibilização de dados em tempo real para um melhor controle das variáveis climáticas pelos setores responsáveis pela conservação dos acervos. Além disso, é uma ferramenta que auxilia em decisões mais assertivas na aquisição e instalação de equipamentos de controle ambiental nas instituições que contam com o seu uso.

Apesar de o sistema fazer a medição e acompanhamento de T e UR, o seu nome não levou em consideração o fator de controle higroscópico. A escolha por Sistema de Gerenciamento Térmico, ao invés de Sistema de Gerenciamento Ambiental ou Higrotérmico se fez para uma melhor compreensão dos usuários. Sistema ambiental, para a área de Engenharia Mecânica, onde o CLIMUS foi criado, gerava a dúvida de que o sistema pudesse se referir a um controle biológico e não térmico. Sistemas térmicos para controle de T e UR são habituais na área de Engenharia, e por essa razão, Sistema CLIMUS, foi chamado dessa forma.

A partir dessa explicação, e respeitando o nome dado pelo seu criador e desenvolvedor, mantivemos ao longo deste trabalho a nomenclatura Sistema de Gerenciamento Térmico, sempre que estivermos nos referindo ao sistema CLIMUS, fazendo referência ao seu nome. Eventualmente será citado do decorrer de nossa explanação o uso de sistemas de gerenciamento ambiental, por exemplo, e neste caso estaremos nos referindo a sistemas que estão realizando a mesma ação que o CLIMUS, ou seja, controle e monitoramento de T e UR.

Os objetivos desta pesquisa são entender como o sistema de gerenciamento CLIMUS funciona no APM, analisar a trajetória de implantação e utilização do sistema no APM levando em consideração o contexto de mudança de mentalidade quanto às análises e discursos envolvendo a conservação preventiva, e abordar os principais benefícios provenientes do seu uso na instituição. Para além dessas questões, pretendemos apresentar o funcionamento atual do sistema no APM, e as demais eventuais dificuldades encontradas no processo de implantação e utilização do sistema.

Esta dissertação foi construída a partir do levantamento e da análise de documentos produzidos pela Diretoria de Conservação do APM,<sup>3</sup> ou seja, os projetos de intervenção no prédio para a implantação do sistema CLIMUS, relatórios e diagnósticos de análise da realidade dos espaços de guarda do APM, além de outros registros, que nem sempre são dados pela instituição como finalizados, mas que contém informações interessantes a essa pesquisa. Obtivemos para estudo tabelas de monitoramento de T e UR, gerados

---

<sup>3</sup> Durante o desenvolvimento deste trabalho a estrutura hierárquica da então Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais foi alterada. A Secretaria passou a se chamar Secretaria de Cultura e Turismo e o Arquivo Público Mineiro deixou de ser uma Superintendência e foi rebaixado à categoria de Diretoria. Com isso, a então Diretoria de Conservação se tornou um setor que não está descrito nesta nova estrutura hierárquica. No decorrer deste trabalho, no entanto, continuaremos a designar o setor como Diretoria uma vez que a mudança é recente e as fontes analisadas se referem à Diretoria como Diretoria de Conservação.

pelo CLIMUS,<sup>4</sup> com o intuito de comparar os índices monitorados antes e depois da instalação do sistema. No entanto essa análise ficou prejudicada devido a inexistência de dados robustos sobre as medições realizados na instituição antes da instalação do sistema de gerenciamento.

Para sanar dúvidas quanto às lacunas deixadas pela documentação, foi utilizado o recurso de entrevistas semiestruturadas realizadas de forma presencial. A partir de um roteiro pré-definido e aprovado pelos entrevistados, foi estabelecido um diálogo informal. As perguntas serviram de roteiro, mas foram seguidas apenas como um caminho possível dando a oportunidade de informações complementares às solicitadas serem incorporadas ao diálogo estabelecendo assim novos *links*. Os questionamentos tinham a intenção de compreender a experiência dos entrevistados com o CLIMUS, o motivo de interesse por esse sistema e sua aquisição – no caso do diretor de conservação –, dúvidas a respeito da sua implantação, informações sobre o funcionamento do CLIMUS, as dificuldades encontradas no percurso de instalação e uso, assim como demais dúvidas que surgiram ao longo da pesquisa. Após esse momento os áudios passaram por uma revisão e foram registradas as informações pertinentes à pesquisa, no entanto o material não foi transcrito integralmente.<sup>5</sup> Os entrevistados foram o conservador-restaurador Pedro de Brito Soares, diretor da Diretoria de Conservação APM entre os anos de 1991 e 2016; o engenheiro Saulo Guths, idealizador do sistema CLIMUS e professor do curso de Engenharia Mecânica da UFSC; e Márcia Alkimim, secretária da Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro (ACAPM), personalidade jurídica de Direito Privado criada para captar fundos e gerir projetos culturais vinculados à missão do APM.

Foi feita uma revisão bibliográfica referente ao monitoramento e controle de T e UR como ferramenta de preservação, tendo sido consultadas principalmente as publicações promovidas por instituições como o International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM), o International Council of Museums (ICOM), a Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR) e a Fundação Casa de Rui Barbosa,

---

<sup>4</sup> A falta de algumas informações e registros foram um problema a parte no percurso desta pesquisa. Os desdobramentos das dificuldades encontradas serão analisados oportunamente ao longo do trabalho.

<sup>5</sup> Como o objetivo no uso dessas entrevistas era sanar dúvidas e esclarecer dados pontuais que fossem faltantes ou até mesmo que se apresentassem de forma confusa no decorrer da pesquisa, as entrevistas não estarão disponíveis como anexos neste trabalho.

dentre outras. Esses órgãos são responsáveis por pesquisas na área de preservação e estabelecem orientações a serem seguidas em conformidade com as realidades locais.

Para subsidiar essa discussão, para além do já mencionado, foram consultados autores clássicos como Stefan Michalski, Ingrid Beck, Gary Thompson, Gael de Guichen, dentre outros, que foram referenciais na implantação de parâmetros de monitoramento, essenciais para a conservação dos materiais em ambientes de guarda de acervos. Além deles, apostilas e diretrizes nacionais, produzidas por instituições como o Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais (CECOR) e o Arquivo Nacional (AN) nos foram valiosos, pois contam com a expertise de profissionais que estiveram envolvidos em casos concretos de avaliação de objetos presentes em mudanças de condições ambientais, traslados e/ou movimentações para exposições ou outras demandas, analisando assim toda a complexa compreensão das variáveis que interferem nos mecanismos de proteção de itens de acervos documentais arquivísticos.

Traçamos, por meio de um histórico do Arquivo Público Mineiro e da atuação de seus técnicos, as mudanças promovidas pela instituição quanto à preservação de seu acervo, no intuito de compreender as abordagens que regeram a sua atuação. Nessa perspectiva, fizemos também uma breve apresentação sobre os primeiros teóricos que subsidiaram as discussões sobre o tema e as mudanças nas apropriações das teorias, nas formas de abordar o nosso patrimônio.

No primeiro capítulo da dissertação iniciamos o nosso trabalho com a descrição do percurso histórico do Arquivo Público Mineiro, a construção de sua trajetória enquanto um dos mais importantes equipamentos culturais do Estado de Minas, além de evidenciar a atuação e a importância de José Xavier da Veiga para a formação desse acervo. Realizamos também um breve levantamento sobre questões que envolvem ações institucionais e como são promovidas algumas dessas ações na área de preservação do patrimônio pontuando brevemente a forma com que a necessidade de orientações é tratada por esses órgãos.

No segundo capítulo apresentamos uma explanação sucinta de como o órgão que possuem acervos museológicos e arquivísticos – sendo objeto desta dissertação acervos arquivísticos – como IBRAM e CONARQ, por exemplo, trazem à tona a prática de ações de preservação que promovem a permanência, salvaguarda, difusão e acesso de acervos. Mostramos as teorias desenvolvidas na Europa que foram transpostas acriticamente para o Brasil, apresentando como as mudanças de paradigma aconteceram. O cruzamento dessas perspectivas com práticas contemporâneas de

controle de T e UR em acervos é o fio condutor deste capítulo e a introdução para a apresentação do CLIMUS propriamente dito, como um sistema que vem suprir uma demanda de monitoramento dos índices mencionados dentro de parâmetros de controle estipulados.

No terceiro e último capítulo discorreremos como o sistema CLIMUS se comporta na prática em função dos itens analisados no capítulo anterior. Relata-se a sua implantação no APM, desde os diagnósticos que o precederam, as primeiras análises do contexto da instituição para a aquisição do sistema até as novas versões e aprimoramentos, acompanhando a atualização do projeto base. Além disso, analisamos como se encontra a situação do Arquivo Público Mineiro atualmente após alguns anos de implantação do CLIMUS.

Finalmente, é importante informar que, durante o trabalho de pesquisa na instituição, os documentos da Diretoria de Conservação foram previamente organizados, segundo normas arquivísticas, pela autora dessa dissertação, como uma parceria firmada entre ambas as partes. Com essa atividade, mais do que o conteúdo necessário para a pesquisa, também identificamos lacunas na produção e arquivamento de documentos, que evidentemente impactam na investigação sobre fatores de deterioração dos acervos da instituição. Tais lacunas configuram interrupções da história das ações de conservação empreendidas ao longo do tempo de vida do setor e, por isso, destacamos como conclusão de nosso trabalho, a importância do “arquivo” do “arquivo” como fonte de pesquisa sobre a própria história das suas atividades que podem impactar no planejamento e adoção de medidas institucionais particularizadas de preservação.

## 2. A HISTÓRIA DO APM E A CONSTITUIÇÃO DE SEU ACERVO

O conceito de “patrimônio” no Brasil, de uma forma geral, se consolidou nas primeiras décadas do século XX vinculado à ideia de preservação das vivências de determinados grupos sociais e suas manifestações culturais visíveis, em especial as da arquitetura e da arte erudita (FONSECA, 2005). Apesar da preservação do Patrimônio Documental ser citado no Decreto-lei nº 25 de 1937, somente décadas depois foi tratado dentro de um programa que pensou especificamente às suas necessidades, providenciando os encaminhamentos necessários.

O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica<sup>6</sup> nasceu nos primeiros anos da década de 1980, em um contexto de abertura do acesso da informação e de um anseio nacional por democratização. No entanto, o Programa teve curta duração e o seu fim se encerrou em âmbito institucional uma discussão ainda atual para a qual não é dada a devida atenção, ou seja, não se refletiu no estabelecimento de uma política de preservação de acervos documentais, em especial as atividades de conservação material dos acervos (BASTARDS, 2012).

É necessária a indagação sobre a existência de uma ação encabeçada pelo Estado para colocar em prática condutas que, à época, visassem à preservação e à promoção documental por sabermos que, no cotidiano das instituições, atividades voltadas à guarda e preservação de documentos já eram desenvolvidas – mesmo sem uma metodologia padronizada ou que nem sempre alcançassem os resultados esperados. De uma forma amadora, houve, desde a constituição dos primeiros arquivos ou acervos documentais, uma preocupação pela sua preservação material.

O Arquivo Público Mineiro (APM) é o exemplo institucional que iremos analisar nesta dissertação. Sendo a mais antiga instituição cultural de Minas Gerais, foi criado em 1895,<sup>7</sup> dois anos antes da inauguração da nova capital do Estado de Minas Gerais, em um momento político de grandes transformações. O Brasil estava no limiar da proclamação da República, e os ânimos entre republicanos e conservadores davam o contexto com relação às ações políticas. Inicialmente o Arquivo Público Mineiro

---

<sup>6</sup> Intitulado Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica, seus primeiros passos se deram em 1980 dentro da Fundação Nacional Pró-Memória. Embora o foco do programa tenha sido em acervos privados, buscou-se com ele uma primeira promoção de uma política que preservasse acervos documentos de importância histórica para o Brasil. Mais detalhes do programa e seu desenvolvimento podem ser consultados na Dissertação de mestrado O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para a preservação de arquivos no IPHAN de Jean Bastardis defendida em 2012.

<sup>7</sup> O Arquivo Público Mineiro foi criado pela lei nº 126 de 11 de julho de 1985.

esteve localizado na cidade de Ouro Preto, região atualmente designada como quadrilátero ferrífero e, desde o período colonial, referência na extração e comércio do ouro e pedras preciosas (PARRELA, 2009).

A vida naquela localidade era movimentada política, administrativa e economicamente por famílias tradicionais, como consequência da influência que exerciam na sociedade local e regional. A criação do Arquivo Público, inclusive, se deu por iniciativa de um dos membros dessa elite intelectual da Província. Foi José Pedro Xavier da Veiga o responsável pela iniciativa de criação do APM e pelo quadro inicial de servidores da instituição, que foi composto por “[...] oito funcionários, dentre eles Diretor, Secretário-arquivista, dois oficiais subarquivistas, dois amanuenses, um porteiro e um contínuo”<sup>8</sup> (PARRELA, 2009, p. 180). A instituição tinha por objetivo não só organizar e preservar os documentos relativos à história regional, o que fica evidenciado pela formação de seu corpo técnico, mas também produzir uma revista, editada pela Imprensa Oficial, destinada a divulgar as preciosidades de seu acervo. O primeiro Diretor da instituição foi também o primeiro editor da *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ambas as atividades sendo realizadas até 1900, ano de sua morte.

A própria iniciativa de criação de um espaço que iria manter e “centralizar” todos os documentos que pudessem contribuir com a escrita da história do Estado de Minas Gerais, já era por si, uma ação de preservação do fundador do APM. Embora não tivesse esse nome, do momento da criação da instituição em diante, podemos identificar ações práticas que tinham como objetivo a preservação dos suportes mantidos pela instituição.

Xavier da Veiga<sup>9</sup> era filho do tenente-coronel Lourenço Xavier da Veiga e de D. Jesuína de Salles Veiga, ambos pertencentes a famílias tradicionais de Minas Gerais. Durante a infância, sempre se mostrou interessado pelo hábito da leitura. Possuía uma saúde frágil, e, por esse motivo, sua alfabetização foi iniciada em ambiente doméstico, passando a frequentar o colégio apenas após os 10 anos de idade (MEDEIROS, 2006). Mobilizado pelo interesse nos livros e incentivado pela família, mudou-se para o Rio

---

<sup>8</sup> Amanuense era todo aquele que fazia cópia de textos ou documentos a mão, função importante em uma época que não havia processos de cópia mecanizada. Já um Contínuo seria uma espécie de *office-boy* dos dias atuais. A ele estariam destinadas as atividades de entrega de documentos, saídas externas à instituição ou ainda o auxílio em atividades de secretaria.

<sup>9</sup> José Pedro Xavier da Veiga vai conceber e dirigir o APM de 24 de agosto de 1895 até 8 de agosto de 1900, data de seu falecimento (PARRELA, 2009). É possível inferir que apesar de o APM ter sido criado nesse momento, os documentos do seu acervo já estavam sendo recolhidos por Xavier da Veiga dezoito anos antes.

de Janeiro em 1857, onde trabalhou na livraria de seu tio, João Pedro da Veiga.<sup>10</sup> Nessa ocasião, chegou a participar da fundação da Sociedade de Ensaios Literários, evidenciando mais uma vez seu apreço pelo hábito da leitura. Por motivo de saúde, teve que retornar ao interior de Minas em 1862 para morar com a família. Em 1867 houve uma nova transferência de domicílio, agora para São Paulo com o objetivo de estudar na Academia de Direito, onde foi colega de figuras importantes do cenário político mineiro, como Silviano Brandão, Afonso Pena, Feliciano Pena e Crispim Jacques Bias Fortes. Novamente por motivos de saúde, retornou a Minas Gerais sem concluir o curso de Direito, porém trouxe como herança desse período a amizade de personagens que lhe seriam caros anos depois. Como muitos dos filhos de políticos locais, Xavier da Veiga esteve constantemente em contato com nomes de relevância para a sociedade mineira, envolvendo-se em uma série de atividades sociais. Tornou-se polígrafo e atuou como jornalista na Província das Minas Gerais. Além disso, na década de 1870 trabalhou em um cartório, como escrivão de órfãos no termo de Lavras<sup>11</sup> e, no mesmo período, integrou-se ao Partido Conservador, participando da fundação da Sociedade Lavrense Propagadora da Instrução (PARRELA, 2009).

O fato de ter abandonado o curso de Direito em São Paulo não o distanciou da atividade política. Durante toda a sua vida esta foi uma área de forte atuação de Xavier da Veiga tendo sido, inclusive, eleito deputado da Assembleia Legislativa Provincial em 1873. Em 1878 deixou o ofício de escrivão em Lavras, retornou a Ouro Preto e lançou o jornal *A Província de Minas*,<sup>12</sup> publicação vinculada ao partido conservador, na qual podia defender seu posicionamento. Essa intensa movimentação no cenário político lhe possibilitou acesso a acervos e pessoas que, ao longo do tempo, foram fundamentais na contribuição com o Arquivo Público Mineiro (SILVA, 2006).

Na visão de Ivana Parrela (2009) o interesse de Xavier da Veiga pelos documentos e pela sua preservação está relacionado à sua vivência entre livros e trabalhos que lhe possibilitaram verificar a importância dos acervos documentais para a produção, prova, autorização e encaminhamento de demandas diárias em repartições

---

<sup>10</sup> A família de modo geral trabalhava no ramo de comércio de livros, sendo que o próprio Xavier da Veiga tocará uma livraria/editora da família e assim passará o ofício também para seus quatro filhos.

<sup>11</sup> Ivana Parrela afirma que Xavier da Veiga exerceu o ofício de escrivão, em Lavras, de 1870 a 1878, onde, segundo a autora, também estabeleceu cartório. No entanto, em nota, Parrela menciona somente que o ofício de escrivão teria reforçado em Xavier a preocupação pela preservação documental, sem em nenhum momento mencionar que ele teria sido dono de um cartório efetivamente.

<sup>12</sup> O jornal *A Província de Minas* cumpria um papel na sociedade daquele momento como uma forma de expressão da parte conservadora dos políticos, sendo mencionado, inclusive como “Órgão do Partido Conservador”. Cf.: PARRELA, 2009, p. 59.

públicas, e, para, além disso, a construção da história e memória da localidade de inscrição das instituições. Já na visão de Bruno F. Medeiros (2006), um dos motivos que contribuíram para o forte interesse do jornalista e político pelos documentos e pela história da sua região, foi a ameaça de incêndio na Torre do Tombo em Portugal no ano de 1879. O acontecimento foi registrado pelo intelectual e amigo Teófico Braga durante sua estadia em Portugal.

O risco iminente de perda e a importância dos documentos de variados suportes e categorias sob a guarda daquela instituição portuguesa tocaram Xavier da Veiga, que se mobilizou para construir algo semelhante em Minas Gerais. A partir deste fato, Veiga iniciou um processo de recolhimento e guarda de documentos que contassem a trajetória de Minas Gerais com o intuito de não ver essas fontes serem consumidas por catástrofes semelhantes à de Portugal, em sua mais destacada instituição. Ainda segundo Medeiros, Veiga se identificava conceitualmente com a Escola Metódica Francesa, que defendia a supremacia dos documentos para o fazer histórico, pois, no entender daquela organização, “[...] nada supre os documentos: onde não há documentos não há história” (LANGLOIS; SEIGNOBOS *apud* MEDEIROS, 2006, p. 3). Este foi mais um reforço ao desejo de recolher e preservar documentos relativos à história de Minas Gerais.

A personalidade de Xavier da Veiga foi outro aspecto que certamente ajudou na formação do acervo, que hoje se encontra no APM a partir do hábito do colecionismo de documentos e objetos históricos. Como responsável pelo APM e por esses primeiros passos a caminho da formação do acervo que guardaria a história do Estado, a ele eram destinados documentos, em alguns casos também objetos e livros, que em outras instituições não *possuíam mais lugar* ou função. Esse processo explica o recebimento de documentos que não eram propriamente de caráter arquivístico, mas sim, museológico ou bibliográfico, no sentido que compreendemos hoje.<sup>13</sup>

O acervo, fruto de doações variadas, se juntaria a toda a documentação escriturária das Secretarias de Estado que, por determinação de Lei nº 126 de 11 de julho de 1985, iria compor o acervo do recém-inaugurado Arquivo. O Decreto n. 860 de 1895, que regulamentava as atividades do APM, determinava que os recolhimentos da produção documental do Estado seriam realizados sempre nos últimos dias do mês

---

<sup>13</sup> O acervo correspondente à Biblioteca do estado esteve situado no Arquivo até a sua transferência em 1905 para uma instalação própria, já os itens destinados ao futuro Museu Mineiro recebiam a instrução de serem armazenados separadamente em sala designada apenas para esse fim.

de dezembro, sendo que todas as Secretarias de Estado e outras repartições estaduais deveriam encaminhar ao APM os documentos previamente selecionados para guarda e arquivamento segundo a instrução regulamentar. O Decreto orientava também a destinação e a forma de armazenamento de cada tipo de coleção dentro dos espaços de guarda do Arquivo, considerando suas funções e especificidades. A despeito do regulamento, Xavier da Veiga não dispensava doações, promovendo verdadeiros acúmulos de documentos. Ademais, a maioria das doações eram publicizadas na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, o que estimulava ainda mais a oferta de particulares e instituições. Aos cidadãos que se distinguiram por tais serviços seriam conferidos ainda diplomas de “Beneméritos do Arquivo Público Mineiro” (PARRELA, 2009, p. 177).

Não apenas Xavier da Veiga fazia o trabalho de busca por documentos de relevância para o estado, ele contou com a mobilização e empenho de várias autoridades do seu círculo de amizades, que em sua maioria eram igualmente pessoas ligadas à política e cargos públicos, além de serem de *reconhecida idoneidade intelectual*. Contribuíam como representantes de Minas Gerais em outros estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Espírito Santo e pesquisavam e encaminhavam ao APM os documentos que julgassem relevantes à instituição (PARRELA, 2009). Ivana Parrela cita, por exemplo, a ação de David Campista na arrematação de documentos em um leilão ocorrido em Lisboa.<sup>14</sup> Na oportunidade, embarcaram para o Brasil um conjunto de documentos coloniais vindos diretamente da biblioteca do Conde de Linhares.

A necessidade de coletar acervos no recém-criado Arquivo Público se relacionava à celeridade de reunir em um único local o material que acreditavam estar pulverizado nas repartições em todo o Estado, o que dificultava a construção de uma linha de raciocínio sobre a história e importância de Minas Gerais. A prática de buscar reunir os documentos que possuem significado para contar a história de Minas, é, como mencionamos anteriormente, uma das ações de preservação que podem ser elencadas na trajetória da instituição APM. No entanto, a ação de coleta de materiais, por mais bem intencionada que fosse, não foi uma iniciativa nova. Xavier da Veiga já se espelhava em experiências bem sucedidas, como o Instituto Histórico e Geográfico

---

<sup>14</sup> David Campista foi um advogado, economista, político e diplomata brasileiro, nascido em 1863 no Rio de Janeiro e morto em 1911 em Copenhague. Coursou Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1883.

Brasileiro (IHGB), por exemplo. O mérito do fundador do APM foi de colocar em prática essas experiências já aprovadas e contar com o apoio do corpo técnico dessas instituições. A jornada pela busca e coleta desses documentos transcorreu por muitos anos. No entanto, há faltas significativas, como afirma Parrela:

Um tipo de doação que se esperava estar presente no acervo do APM em maior número foram os documentos doados por herdeiros de políticos. Para a surpresa dos pesquisadores, esse material, que poderia ser muito rico em fontes sobre a história da cidade, não é encontrado em número expressivo (PARRELA, 2009, p. 191).

Concomitantemente às atribuições que competiam a Xavier da Veiga e antes mesmo de assumir o cargo de Diretor do Arquivo Público Mineiro, por iniciativa própria vinha recolhendo documentos que julgava interessante sobre a história de seu estado. Além de todos os motivos já mencionados, essa ação culminou na obra escrita por ele em 1898, que receberia o título de *Ephemerides mineiras*.<sup>15</sup> As *Ephemerides* consistiam em um compilado de relatos de fatos embasados por documentação, que contribuíram, a um só tempo, para o registro e a formação da identidade de Minas Gerais. Encomendada e paga para consistir neste compilado da história mineira, como desdobramento desse serviço ao Estado, as *Ephemerides* se tornaram um primeiro documento que refletia a organização do acervo do APM. Esse interesse pela pesquisa histórica contribuiu significativamente para a formação do acervo pessoal de Xavier da Veiga que, posteriormente, seria ofertado ao APM, sendo considerada uma das maiores doações que a instituição já recebera. De acordo com Ivana Parrela, é evidente o interesse convergente do Estado na construção da história do povo mineiro e a criação do APM. Nas suas palavras,

Isso fazia com que as duas ações – organização do Arquivo e finalização da escrita das Efemérides – tivessem se dado de forma complementar, estimulando ainda mais a rápida prospecção de novos acervos, a descrição dos que já se encontravam acumulados e o enriquecimento do texto produzido (PARRELA, 2009, p. 63).

Assim sendo, outra contribuição da obra *Ephemerides mineiras*, para além da compilação histórica, foi proporcionar uma primeira forma de listagem ou relação do acervo sob a guarda do Arquivo. Como a busca de fontes para a redação da obra se fez de urgência, um arranjo inicial<sup>16</sup> foi necessário. Desta forma, a obra escrita por Xavier

---

<sup>15</sup> PARRELA, 2009, p. 63.

<sup>16</sup> Arranjo dentro do contexto arquivístico é definido como a “Sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 37), ou seja, um método a ser seguido. Esse método a

se tornou essa primeira orientação de como poderiam considerar a organização dos documentos no Arquivo, em um contexto de discussão sobre a construção de uma identidade regional. Diante deste trabalho desenvolvido por Xavier da Veiga ao longo de quase duas décadas, refletindo seu interesse contínuo não só pela política, mas também pela história de seu Estado, *Ephemerides mineiras*, obra escrita em quatro volumes, é considerada pelos autores aqui citados como a coroação do dedicado trabalho do primeiro diretor do APM, e a melhor compilação, mais completa no naquele momento, de informações e documentos tanto de arquivos públicos como privados.<sup>17</sup> José Pedro Xavier da Veiga foi, como fundador do Arquivo Público Mineiro, peça chave, sendo fundamental para que o alicerce da instituição fosse construído de forma a garantir a sua permanência ao longo das décadas. A formação do acervo, a construção da ideia de importância histórica para os documentos lá recolhidos, a definição da linha de raciocínio para a gestão dos documentos da instituição, a compilação das informações recolhidas em *Ephemerides*, assim como os caminhos abertos a seus sucessores faz do nome de Xavier da Veiga uma personagem relevante para a história de Minas Gerais (PARRELA, 2009).

A criação do APM é reflexo de uma mudança política e social em curso no Brasil. No entanto, no entender de Marise Silva (2006), até 1914 predominou no Brasil o perfil tradicional, aristocrático e pré-industrial. A modernidade, como se propagandeava, chegava em ações pontuais e não na base da estrutura social. Nessa perspectiva, a autora defende que a criação de arquivos e espaços de guarda de documentos e outros itens, que comprovavam e tornavam a história oficial guardiã da memória ocorreu em uma conjuntura política na qual quem ditava as regras e escolhia quem mandava eram personagens forjados no antigo perfil de governo. O espírito modernizante que estava sendo defendido em nome da República ainda estava sufocado pela tradição do fazer monarquista.

Tanto Ivana Parrela quanto Marise Silva discutem o motivo que levou o Estado a se preocupar com a criação de uma instituição que prezasse pela memória e preservação dos documentos que contam a história do Estado, assim como com aqueles que ainda seriam de todas as secretarias da administração estadual e recolhidos para

---

ser seguido é o que permitirá acesso rápido e prático a um conjunto de documentos, fazendo com que tanto a pesquisa do usuário possa ser encontrada com facilidade, como também o responsável pelo acervo tenha controle do que já em sua responsabilidade assim como o que está em uso pelo pesquisador.

<sup>17</sup> Outros autores que realizaram pesquisas extensas sobre a vida de José Xavier da Veiga são Edilane Carneiro e Marta Neves Melgaço.

esse mesmo fim. Segundo Silva (2006. p. 66), “[...] foi diante da ausência de nação, que os intelectuais do início da república buscaram construir as bases de uma identidade coletiva para o país.” Podemos, então, concluir que o interesse do Estado por construir e manter viva a sua história de lutas, conquistas e tradição foi o que motivou não somente Veiga, mas também todos os demais diretores que o seguiram. No entender de Marisa Silva,

Em texto introdutório à primeira edição da Revista do Arquivo Público Mineiro, Xavier da Veiga deixou claro o seu propósito como diretor da instituição arquivística: a idéia de civilização. Segundo ele, é o pensamento civilizador que norteia a fundação e a manutenção de tais instituições. Além disso, tais instituições seriam baseadas na tradição e no “lustre” do passado, o ensinamento, a luz e o estímulo para as novas gerações (SILVA, 2006. p. 109).

A ideia estabelecida naquele momento é a de que, a partir da proclamação da República, haveria um novo país voltado agora para a construção de uma nova forma de gerir politicamente a nação, no entanto, mantendo por perto as suas raízes e tradições. Nessa mesma linha de pensamento encontravam-se as diretrizes do IHGB, que escreveria essa memória nacional em detrimento da guarda das fontes em arquivos.

Ao longo dos primeiros anos de funcionamento do Arquivo Público, e com mudanças no contexto político do país, a recém-criada capital mineira também começava a ganhar novos ares. Na ocasião, a Cidade de Minas, se construía sob o avanço de uma ideia de modernização, bem das transformações políticas ocorridas na administração do Estado. No ano de 1901 o Arquivo Público, que tinha sua sede e guarda documental em Outro Preto, foi transferido para Belo Horizonte. A junção de fatores como a proposta de modernização, a mudança da capital do Estado em razão, e, principalmente, da passagem da forma de governo político de Império para República, consolidaram a jovem instituição que visava à construção, preservação e perpetuação da memória mineira como a tradição e cuja Lei 126 de 1985, lei de criação do Arquivo, expressava como objetivos:

[...] receber e conservar debaixo de classificação sistemática todos os documentos concernentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e geografia, às manifestações do movimento científico, literário e artístico do Estado de Minas Gerais.<sup>18</sup>

No momento de sua criação, o Arquivo Público Mineiro ficou vinculado à Secretaria Interior que, dentre outras atribuições, deveria dar conta das demandas

---

<sup>18</sup> Lei n° 126 de 11 de julho de 1985.

referentes a “leis mineiras, sociedades literárias artísticas e científicas”<sup>19</sup> e “Arquivo Público Mineiro”.<sup>20</sup> O fato de ter em sua missão a responsabilidade de trabalhar com as demandas de leis mineiras, assim como sociedades literárias, por exemplo, mesmo antes da existência do Arquivo enquanto instituição, só reforça a vinculação do APM a essa Secretaria uma vez que ele mesmo tinha em seu regimento a responsabilidade de guarda e preservação dessa documentação.

Na nova capital, as ordens e diretrizes do núcleo administrativo do Estado ocorriam em torno do espaço físico no qual, atualmente, conhecemos como Praça da Liberdade. Nesse espaço as Secretarias do Estado estavam situadas, e além delas o Palácio de Governo, onde o governador despachava. No entanto, apesar de estar vinculado à Secretaria do Interior<sup>21</sup> o APM não ficou instalado no mesmo espaço físico da sede. Ao contrário das demais o APM foi transferido para um prédio pertencente à essa Secretaria situado à Rua da Bahia, n. 1863 (PARRELA, 2007). No mesmo espaço estavam sediados a Junta Comercial, a Primeira Coletoria do Estado e os arquivos da Secretaria de Finanças e da Secretaria do Interior. O local, como pode se perceber, já naquele primeiro momento, era pequeno para todas as demandas existentes.

Até a mudança para uma nova sede, que é até hoje a sede do Arquivo situada à rua João Pinheiro n. 372, onde os espaços para a guarda de documentos começam a ser adaptados para essa função propriamente dita, e onde, posteriormente, será construído o prédio anexo ao APM conforme orientações para construção de edificações para a guarda desse material, o Arquivo passou por dificuldades em relação a espaço e a condições para manter critérios de conservação para seu acervo. Com a chegada constante de documentos vindos de outras Secretarias e de doações de outros órgãos, o local destinado ao APM ficou rapidamente obsoleto. Somam-se a isso problemas com infestação de insetos xilófagos<sup>22</sup> nas estantes de madeira, o que comprometia a integridade dos acervos, que eram basicamente em suporte papel nesse momento (PARRELA, 2007).

---

<sup>19</sup> Lei n° 126 de 11 de julho de 1985.

<sup>20</sup> Lei n° 126 de 11 de julho de 1985.

<sup>21</sup> Durante toda a sua trajetória o APM, além da Secretaria do Interior, esteve também subordinado à Secretaria de Educação e à Secretaria de Governo e, desde 1983, está subordinado à Secretaria de Estado de Cultura. Cf.: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Histórico do Arquivo Público Mineiro**. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=4>. Acesso em: 19 dez. 2019.

<sup>22</sup> Se refere a todos os insetos que têm como base de sua alimentação a celulose.

Muitos conjuntos documentais ficavam dispostos no chão das salas, tamanha era a falta de espaço. Xavier da Veiga já relatava problemas semelhantes em Ouro Preto, sendo que a situação se repetiu nas instalações do arquivo na nova capital. Importante lembrar que a sede do Arquivo Público Mineiro em Ouro Preto ficava situada na própria casa de Xavier da Veiga que, por ser um local adaptado, mantinha os documentos coletados em espaços muito úmidos da residência, o que já naquele momento era um problema de preservação evidente para o próprio Xavier. Outra questão identificada foi a falta de uma política de recolhimento dos documentos, de forma a cumprirem uma ordem de recebimento ou metodologia, algo que pudesse estabelecer um controle quanto à chegada dos documentos a instituição. Volumes e mais volumes eram encaminhados ao Arquivo sem nem ao menos terem suas demandas concluídas na instituição produtora.

Enquanto permaneceu lotado no prédio da Rua da Bahia, os documentos do APM mantiveram o mesmo padrão de guarda dos demais órgãos da administração do Estado, alocados tradicionalmente nos andares superiores das edificações – normalmente, no segundo piso –, nunca no térreo. Essa prática deu início a uma série de problemas estruturais nas edificações. Foi só a partir da década de 1920 e após encaminhamento de relatórios dos diretores dos órgãos contendo reclamações quanto aos problemas de estrutura dos prédios, que foram providenciadas mudanças e alterações para que a má situação não evoluísse (PARRELA, 2009).

Parrela menciona que, em 1922, Mário Franzen de Lima, então diretor do APM,<sup>23</sup> descrevia em correspondências da instituição ao Secretário do Interior as melhorias ocorridas com as mudanças realizadas no prédio sede do arquivo no que se refere ao local de armazenamento dos acervos, dentre outras benfeitorias, como aquisição de estantes para organização dos documentos e livros, separação de espaço para uma sala de consulta com oito mesas confeccionadas para esse fim, ampliação do número de salas. Naquele momento o Arquivo passou a contar com 11 salas no prédio da Secretaria, melhorando significativamente a sua logística e condições de armazenamento e, conseqüentemente, as condições para a preservação dos seus

---

<sup>23</sup> Para que possamos acompanhar a evolução dos nomes de direção à frente do Arquivo Público Mineiro, foi elaborada, com o auxílio de Márcia Alkimin da ACAPM, uma tabela contendo o nome de todos ex-gestores do APM – estando eles em cargo de Diretor ou Superintendente. Esta tabela encontra-se no Apêndice 2 ao final do trabalho.

documentos, uma vez que seu acervo não ficava mais disposto no chão ou em prateleiras infestadas (PARRELA, 2009).

As edificações utilizadas pela administração do Estado foram pensadas, projetadas e construídas pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC). Tanto as edificações que hoje fazem parte do complexo da Praça da Liberdade, como a casa localizada na Av. João Pinheiro, número 372; que desde 1938 abriga o APM, foram por essa Comissão designadas para os serviços administrativos ou de residência de membros do alto escalão da administração pública. A atual sede do APM foi construída em 1897 e se destinava a residência do Secretário de Finanças (APM, 2020).

Sendo uma demanda de antigos administradores, o projeto de mudança de sede somente se iniciou em 1937 na gestão de Arduíno Bolívar. Em um primeiro momento foram dadas três opções para os servidores escolherem seu novo local de trabalho, dentre elas: o prédio da Saúde Pública, situado na Praça da Liberdade; a atual sede do Arquivo – onde posteriormente ao uso do Secretário de Finanças foi destinada às demandas da Guarda Civil –, e o Prédio da Rua da Bahia onde ficava a Secretaria de Segurança Pública.

De acordo com Parrela (2009), Aurélio Pires, diretor do APM que esteve à frente das tratativas iniciais para obtenção de um novo espaço para o Arquivo no início de 1930, teria informado que por unanimidade toda a equipe havia escolhido o prédio da Rua da Bahia. No entanto, por vontade do então governador Olegário Maciel, que queria o Arquivo no caminho de seu palácio, o novo endereço escolhido foi o edifício da Avenida João Pinheiro, onde a instituição se encontra até os dias de hoje. Não houve, portanto, chance alguma dos próprios funcionários serem ouvidos, tampouco de argumentarem sobre as necessidades para o uso de um espaço com demandas particulares como um Arquivo.

A mudança para a nova sede do APM ocorreu no ano de 1938. Vale lembrar que, mesmo nos dias de hoje, é frequente encontrarmos exemplos da transformação de um edifício residencial em aparelho cultural. Arquivos, Centros Culturais e muitas das vezes Museus são as novas funções dadas a antigas edificações que, mesmo passando por adequações, não estão 100% aptas a comportarem acervos com particularidades de guarda e armazenamento, tendo como objetivo sua conservação. Esta é uma realidade que o APM enfrentou até a década de 1970. Até esse momento o acervo havia passado por duas edificações que foram adaptadas para propiciar a de guarda de documentos, o que na maioria dos casos que vemos até os dias de hoje, causa algum tipo de problema

ou *ajuste* do acervo para poder ser mantido nesses espaços. Somente na década de 1970, época da construção do prédio anexo a casa sede, que abordaremos mais à frente, é que o acervo do APM ganhou um espaço dentro das normas vigentes.

Em se tratando de acervo, durante pouco mais de cinco anos em que permaneceu em Ouro Preto, o APM fez a guarda e recolhimento de documentos referentes à tomada de decisões de órgãos oficiais do Estado, e que, em grande parte, encontramos ainda hoje em sua atual sede. Seu acervo é constituído de itens diversos – manuscritos e impressos – em diferentes suportes: pergaminho, papel de trapo, papel de madeira etc. e em variados formatos, bi e tridimensionais, como gravuras, livros, jornais etc. A transferência do Arquivo Público Mineiro, de Ouro Preto para a nova capital marcaria também o início do processo de maior sistematização da distribuição de itens de interesse histórico em duas novas instituições: a Biblioteca e o Museu do Estado. Não foram encontrados dados sistematizados ou informações sobre a perda de material nesse período de transição, muito menos se houve descarte de itens considerados inapropriados ao acervo para que pudéssemos analisar as problemáticas de incorrem com acervos e seu deslocamento.

Documentos produzidos desde o século XVIII, sejam eles de origem pública, referentes à Administração de Minas Gerais, ou documentos de origem privada, mas que possuíam interesse público e social: todos esses e os demais acrescidos ao acervo ao longo dos anos, estão armazenados atualmente em reservas técnicas em um prédio anexo a casa sede construído para esse fim (APM 2020). O APM atualmente faz a guarda e dá acesso a mais de três quilômetros de metros lineares de documentos, mais de 14 mil fotografias e 140 filmes, além de itens em seu acervo iconográfico. Sua documentação está separada por fundos documentais, a saber:

I – Fundo Privado com 32 subdivisões, dentre elas:

- AAM – ARISTIDES DE ARAÚJO MAIA;
- AB – ARTHUR DA SILVA BERNARDES;
- ABF – ARTHUR BERNARDES FILHO;
- ALP – LUIZ ANTONIO PINTO;
- AP – AURELIO PIRES.

II – Fundo Público com 42 subdivisões:

- AGE – ADVOCACIA GERAL DO ESTADO;

- AL – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL;
- CAM – CONSELHO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS;
- CCE – CONSELHO CONSULTIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS;
- CD – CÂMARA DOS DEPUTADOS;
- CDBH – CONSELHO DELIBERATIVO DE BELO HORIZONTE.

III – Cinco coleções divididas em 26 subdivisões:

- DIP – DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA;
- MM – MUNICÍPIOS MINEIROS;
- AVC – AVULSOS DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS;
- CAPM – ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO;
- CC – CASA DOS CONTOS.

Apresentamos aqui uma pequena parte deste acervo que é considerado um dos mais ricos e importantes do país, principalmente em se tratando de documentos do período colonial. O índice com informações e descrição dessa vasta documentação pode ser acessado pelo Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público Mineiro que é um instrumento de pesquisa<sup>24</sup> com informações do acervo a ser consultado. Nele encontramos uma ficha com informações referentes à origem, código, datas-limite, histórico/biografia dentre outras, que facilitam a busca do documento no caso de uma pesquisa *in loco*.

O APM conta também com um módulo de Acervo Iconográfico que contém milhares de itens referentes a desenhos, fotografias, negativos e litogravuras dos fundos e coleções, outro um rico material disponível para pesquisa presencial e virtual. Destaca-se também a Hemeroteca Digital do Triângulo Mineiro<sup>25</sup> e do Alto Paranaíba, que tem o objetivo de preservar e dar acesso aos periódicos produzidos na região da

---

Interessante pontuar que os guias de pesquisa que encontramos no site do APM têm como base a ISAD, Norma Internacional de Descrição Arquivística, importante instrumento para padronização do acesso a informação. Cf.: AQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Listagem de Fundos e Coleções. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos\\_colecoes/listagem.php](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/listagem.php). Acesso em: 18 set. 2020.

<sup>25</sup> AQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Busca de Jornais Mineiros, ordenados por notação ascendente. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php?query=&andor=AND&dt1=&dt2=&notacao=&nantiga=&ordenar=30&asc\\_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id\\_RQUEST=0a94dda04639b057c378d68c46f298c0](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php?query=&andor=AND&dt1=&dt2=&notacao=&nantiga=&ordenar=30&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_RQUEST=0a94dda04639b057c378d68c46f298c0). Acesso em: 18 set. 2020.

cidade de Uberaba. Este módulo conta com mais de 50.000 edições de 85 jornais. É o resultado de um dos projetos encabeçados pelo Arquivo, em parceria com outras instituições, visando a preservação de acervos de interesse para o Estado. A instituição conta ainda com a relação completa das Leis Mineiras em formato impresso para consulta presencial, um acervo filmico contendo 56 vídeos, catálogo *on-line* da biblioteca do APM e acesso livre a todas as *Revistas do Arquivo Público Mineiro*, publicadas desde sua primeira edição e disponíveis também em formato *on-line* no site do Arquivo.

Atualmente o Arquivo Público Mineiro é responsável pelas diretrizes quanto à gestão dos documentos de todo o Estado. É ele quem aprova, fiscaliza e dá as orientações necessárias para as demandas de gestão, guarda, eliminação e preservação dos documentos. Além disso, realiza consultoria, pesquisa e orientação, com produção de notas técnicas, para as rotinas administrativas das instituições do Estado no que toca a sua produção e gestão de documentos. Em 2011 foi sancionada a lei 19.420<sup>26</sup> que rege a política de arquivos do Estado de Minas Gerais. Essa política compreende as ações que objetivam pensar a produção, classificação, uso, destinação, acesso e preservação de arquivos públicos e privados. A partir desta lei, padronizaram-se todas as orientações dadas pela instituição, ou seja, criou-se um padrão de orientação do fazer arquivístico que deve ser seguida por todos os órgãos subordinados ao APM. Preocupada com a preservação dos acervos de todo o Estado de Minas, sua ênfase está sobre os documentos em suporte papel e fotográfico, pois são esses, como já mencionado anteriormente, os materiais em maior quantidade em seus acervos. A instituição é detentora de uma das maiores coleções de fotografias e negativos do Brasil e durante muito tempo promoveu cursos da área de conservação fotográfica ministrado pelo historiador e conservador Pedro de Brito Soares. Essa atuação torna o APM um equipamento cultural de referência em relação à guarda, preservação e difusão do patrimônio documental em Minas Gerais e no Brasil.

A instituição possui, desde 2007, o Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIAAPM), sistema que dá acesso a um breve apanhado de sua história, aos instrumentos de gestão de documentos e aos decretos e leis que os validam,

---

<sup>26</sup> Lei 19.420 de 11 de janeiro de 2011. A lei que incumbe o Arquivo Público Mineiro de fazer a recolhimento, guarda e preservação dos documentos públicos, promovendo desta forma o acesso a eles dentro de padrões de acesso que visam a sua proteção e preservação, além de padronizar também a gestão dos arquivos antes do seu recolhimento ao APM.

suas publicações, além de acesso aos instrumentos de pesquisa e guias cadastrados pelo Arquivo que compilam parte do seu acervo em formato digital, facilitando a pesquisa e acesso à informação. Durante sua trajetória, muitos foram os projetos encabeçados pelo APM juntamente com Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro (ACAPM). Esses projetos têm como objetivo a preservação de acervos – tanto do APM como de outras instituições do Estado em parceria com o Arquivo –, e reforçam um dos objetivos da instituição, que seja o de manter e preservar acervos documentais de relevância para a história e memória de Minas Gerais.

Dentre os projetos de maior envergadura identificados durante nossa busca de fontes no arquivo da Diretoria de Conservação e, principalmente, aqueles voltados para a área de preservação de acervos, levantamos e podemos destacar os seguintes:

- Projeto de conservação e restauração do acervo documental da Câmara de Ouro Preto (2012 a 2013);
- Projeto Memória da Administração do Estado de Minas Gerais (2006): este projeto é relevante para o APM, pois consiste na compilação de documentos do primeiro período republicano brasileiro. Visa dar acesso a informações referentes à atuação das secretarias do governo de Minas entre 1889 a 1945;
- Projeto de conservação e restauração do acervo textual e fotográfico do APM: projeto desenvolvido por meio do Fundo Estadual de Direitos Difusos (FUNDIF), nos anos de 2014 a 2015;
- Projeto de digitalização dos jornais mineiros (2006-2007): esse projeto envolvia um trabalho a ser realizado com cidades do triângulo mineiro, dentre elas Caetés, Mariana, Tiradentes, Uberaba dentre outras. Além do trabalho de digitalização foi realizada a construção de uma lista dos acervos mais comprometidos para que pudessem ser restaurados em um segundo momento, visando a sua preservação como mencionado anteriormente;
- Projeto Resgate: um dos projetos de maior ambição consistiu-se em uma parceria entre APM, Torre do Tombo e outras instituições nacionais e internacionais com o objetivo de digitalizar documentos de cada uma delas para complementar os seus respectivos acervos. As equipes locais faziam a triagem e digitalização de documentos que

seriam disponibilizados. Com isso o acervo do APM recebeu uma quantidade importante de documentos referente à história de Minas, facilitando desta forma o acesso a pesquisadores, estudantes e interessados pela história do Estado de Minas e sua relação com outros países.

Além desses projetos, é importante destacar que grande parte das atividades, desde as mais rotineiras até as de maior envergadura, foram, em muitos momentos do percurso da instituição, realizadas por meio de Projetos Culturais, a maioria deles encaminhados pela Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro (ACAPM).

A Associação esteve sempre presente junto ao Arquivo quando se refere a parcerias para viabilizar aquisições, reformas e melhoramentos de uma forma geral para a instituição. As atividades de preservação em equipamentos culturais como o APM carecem de investimentos contínuos no que tange ações de atualização e melhorias, principalmente em sua infraestrutura. Por esse motivo, muitas vezes, leis de incentivo à cultura e parcerias com entidades privadas acabam promovendo o subsídio necessário para intervenções e aquisição de materiais e serviços.

Foi por meio desses projetos, por exemplo, que durante os anos em que Pedro de Brito esteve à frente da Diretoria de Conservação, parcerias com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF) e Circuito Cultural promoveram o financiamento de ações como as mencionadas anteriormente. A primeira etapa de instalação do sistema CLIMUS, em 2000, que consistiu na reforma do primeiro andar do prédio anexo e implantação de aparelhos de controle climático juntamente com o sistema de monitoramento dos espaços de reserva técnica do APM, foi financiada com verba oriunda do projeto governamental “Circuito Cultural Praça da Liberdade”. Posteriormente, outras etapas de implantação e aprimoramento do sistema foram financiadas por outras entidades como o BNDES. Essa segunda etapa consistiu na reforma dos demais andares e instalação do sistema de Guths. Ao todo foram três etapas diferentes que possibilitaram a atualização do CLIMUS e a adequação das dependências do APM quanto às suas necessidades de conservação.

O APM, ao longo desses mais de 100 anos de existência e atuação, além das mudanças com relação ao monitoramento de T e UR, ou ainda aprimoramento na forma de guarda e manutenção de seu acervo, passou por uma série de intervenções no que

diz respeito à sua estrutura física. Isso se deu para a melhoria do espaço de reserva técnica, para a adequação de novas demandas que vinham sendo incorporadas à instituição e, claro, à adequação e ampliação dos espaços de guarda, uma vez que, tendo a incumbência de realizar o recolhimento dos documentos da área fim<sup>27</sup> de todos os órgãos do Estado, necessitava de ampliação de suas instalações. Essa, inclusive, é uma necessidade da instituição até os dias atuais, uma vez que suas dependências, como qualquer outro ambiente de guarda, têm um limite quanto ao seu espaço físico para que recolhimentos possam acontecer, podendo realizar adequadamente a guarda de documentos, proporcionando condições seguras para o acesso e pesquisa.

Antes das primeiras reformas ou ampliações, os diretores e funcionários trabalharam em uma estrutura que foi concebida para ser uma casa e não um Arquivo. Essa situação, como já pontuada anteriormente, ficava sempre subordinada a adaptações necessárias a nova atividade para a qual a edificação foi submetida. Foi somente como a construção do prédio anexo, em 1970, que mudanças ocorreram na edificação sede e nos seus espaços da guarda de acervo, minimizando os problemas relacionados à conservação que possuíam.

Analisando o discurso de alguns agentes da área de arquivos alguns anos após a primeira reforma nas dependências do APM, podemos chegar à conclusão de que a obtenção de um espaço pensado para a preservação não foi algo simples. A mesa redonda Acervos Arquivísticos, que ocorreu em 27 de outubro de 1986, realizada na Fundação Pró-Memória o Rio de Janeiro, onde participavam nomes importantes da área arquivística, trouxe à tona discussões que evidenciaram que meados do século XX foi um momento complicado para as instituições no que diz respeito à área de preservação.

O historiador e pesquisador da 9ª Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória, Jaelson Bitran Trindade, em seu discurso pontua a dilapidação além dos graves problemas e dificuldades em termos de infraestrutura e serviços para a manutenção de acervos documentais caros à história do Brasil. Não havia políticas ou regras a serem seguidas, não havia espaços a serem utilizados para o encaminhamento de documentação histórica. Décadas se passaram sem que se fizesse algo a respeito da

---

<sup>27</sup> Área fim para a Arquivologia refere-se às atividades essenciais de uma empresa ou órgão. É o objetivo ou ramo de atuação para o qual foi criada.

preservação documental.<sup>28</sup> A análise do pesquisador só demonstrava uma realidade que não era específica, mas sim um problema generalizado entre as instituições brasileiras detentoras de acervos documentais.

Com isso podemos perceber que a criação de um espaço pensado para a guarda e tratamento do acervo do Arquivo Público Mineiro foi realmente uma conquista para a instituição e para a trajetória de preservação que estavam construindo, uma vez que os equipamentos culturais não possuíam políticas ou orientações para que pudessem atuar nas suas áreas de competência, assim como não recebiam recursos financeiros para manutenção e ações de preservação. Raro era o incentivo, como as ações bancadas pela Fundação Vitae de Apoio à Cultura, Educação e Proteção Social, que se destinavam à formação de profissionais na área de preservação ou a projetos que auxiliavam na aquisição de mobiliário ou estímulo à pesquisa.

Um exemplo de instituição que também participou de alguns cursos de formação promovidos pela Fundação Vitae e, que soube se organizar, caminhando juntamente com o APM no que diz respeito às orientações necessárias à equipamentos culturais, dessa vez em âmbito municipal, é o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH). Este órgão esteve junto com o APM na implantação de melhorias e atualizações no monitoramento e controle de seus acervos, com o uso do CLIMUS, assim como em parcerias e fortalecimento da área de preservação e difusão de acervos arquivísticos.

Outro aspecto a ser observado quando falamos de infraestrutura de instituições como o APM refere-se à importância dos espaços para as atividades práticas de conservação-restauração para a preservação do acervo. É nesses locais, com mobiliário e materiais específicos para a atividade a qual se destinam, que poderão ser realizadas de forma adequada intervenções que minimizem danos ao acervo sob sua responsabilidade, assim como análises e estudos que possam melhorar a preservação do seu acervo como um todo.

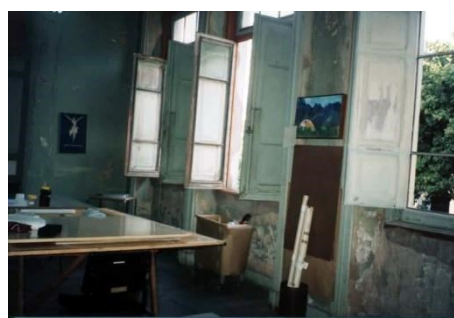
No mesmo momento em que o arquivo estava investindo seus esforços na construção de um prédio anexo à casa sede, dava-se atenção a um trabalho que era realizado, naquele momento, fora do APM. De acordo com o relato de Márcia

---

<sup>28</sup> INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTISTÍSTICO NACIONAL. Mesa redonda de acervos arquivísticos IPHAN 1986, p. 173. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=7989>. Acesso em 24 de jan. 2020.

Alkimim, secretária da ACAPM, foi durante a gestão de Francisco de Assis Andrade – entre os anos de 1975 a 1987 – que foi criado o Laboratório de Encadernação e Restauração (LER). Em um primeiro momento esse Laboratório funcionava fora das dependências do Arquivo, uma vez que atendia não somente ao APM, mas também a Biblioteca Pública do Estadual.<sup>29</sup> Não temos o registro de que ano o LER voltou a ter suas atividades realizadas nas dependências do APM, mas houve uma primeira revitalização do espaço na gestão do superintendente Augusto Elísio de Matos Chelotti (1987-1988) e uma segunda revitalização na gestão de Norma de Góes Monteiro (1995-1999). Foi também na gestão de Norma que se criou o Laboratório de Conservação de Documentos que posteriormente tornou-se a Diretoria de Conservação.<sup>30</sup>

Figura 1, 2, 3, 4 – Fotografias do antigo Laboratório de Encadernação e Restauração (LER) do APM



Fonte: Imagens cedidas pela ACAPM.

A partir desse momento de avanços na estrutura da instituição e na importância dada a esse equipamento cultural, o APM começou a contar com salas projetadas para a função de guarda e preservação a que se destinava. Norma de Góes Monteiro, que foi uma das diretoras que mais incentivou e promoveu melhorias na área de conservação-restauração nos anos que esteve à frente do APM, em parceria com outras instituições

<sup>29</sup> A Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa foi criada no ano de 1954.

<sup>30</sup> Tal diretoria funcionou na estrutura da instituição até 2019, quando o Arquivo deixou de ser uma Superintendência e foi rebaixado a uma Diretoria dentro da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo.

como Arquivo Nacional, solicitou um diagnóstico quanto às condições de guarda do acervo para a conservadora-restauradora Ingrid Beck em 1995, e para Luiz Pedersoli Jr.<sup>31</sup> em 1997. O relatório de Beck focou mais nos pontos que se referiam à guarda dos documentos, enquanto o diagnóstico de Pedersoli partiu para a análise de questões estruturais das salas de guarda. O professor Luiz Antônio Cruz Souza da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) também desenvolveu uma parceria duradoura com o Arquivo Público Mineiro no que diz respeito a consultorias e diagnósticos do estado de conservação do acervo. Foi por meio dele que o APM pôde estabelecer vínculos com entidades importantes para a pesquisa e manutenção do patrimônio como a Fundação VITAE, por exemplo.

Os relatórios desenvolvidos para a instituição no início da década de 1990 irão subsidiar as tomadas de decisão nos anos seguintes com relação às reformas e mudanças nas instalações do Arquivo, tendo em vista os problemas relacionados à conservação do acervo apresentados nos dois diagnósticos. Ainda com relação às mudanças estruturais, outras duas reformas na edificação ocorreram posteriormente à construção do anexo, uma de 1995 a 1998, e outra de 2006 a 2008, com o objetivo de ampliar ações de monitoramento e adequação das salas que continham acervos. De acordo com o relato de Pedro de Brito, após a construção do prédio anexo em 1970, a primeira obra que aconteceu na edificação entre os anos 1995 a 1998, deu-se para revisão de todo o cabeamento do prédio. Com essa revisão também foram instaladas caixas (*logbox*) para monitoramento de T e UR dos espaços de guarda. Esse mecanismo de monitoramento funcionou durante um tempo, mas em 2000 foi realizada no APM a implantação da primeira versão do Sistema CLIMUS de monitoramento.

Da década de 1990 em diante podemos afirmar que houve uma conjunção de fatos que levaram o APM, assim como outras instituições, a repensar seu modo de lidar com a preservação de seus acervos e seguir, para aqueles que estavam alinhados com parâmetros internacionais, uma linha de estabilização climática que pensava e desenvolvia ações que preveniam intervenções diretas aos suportes dos documentos que se encontravam em seus acervos, ao contrário do que se pensava e do modo como se agia até aquele momento.

---

<sup>31</sup> Importante mencionar que Luiz Pedersoli também colaborou com projetos e pesquisas juntamente com o Arquivo Nacional. Essas pesquisas culminaram em publicações como "Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência" que são mencionadas até hoje, sendo um nome de referência para a área de preservação em arquivos e bibliotecas.

### 3. UMA BREVE TRAJETÓRIA DA PRESERVAÇÃO: A FORMAÇÃO DOS CONCEITOS E O DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS NO ÂMBITO DA CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

*3.1. Uma breve menção sobre a existência, ou não, de políticas institucionais: os aspectos institucionais como eixo central da conservação preventiva*

Para além das tarefas ordinárias que envolvem os acervos no dia a dia de uma instituição arquivística, as ações empreendidas para a sua preservação e difusão como produto de atividades da administração pública, por exemplo, proporcionam trocas de informações, conteúdo histórico e registros de diferentes momentos. Muitas vezes, isso se dá por meio de projetos e incentivos culturais, a partir dos quais podemos ter a oportunidade de conhecer um acervo, sua história e seu objetivo de estar ali preservado.

Quando pretendemos falar sobre políticas ou ações desenvolvidas por uma instituição, seja para manter seu acervo em condições adequadas para o acesso, como para sua promoção e divulgação, é importante entendermos o que pode significar a existência de uma política<sup>32</sup> para um equipamento cultural. Celso Antônio Bandeira de Mello (2013, p. 830) define as políticas públicas como sendo “[...] um conjunto de atos unificados por um fio condutor que os une ao objetivo comum de empreender ou prosseguir um dado projeto governamental para o país.” Ou seja, independente da robustez da instituição, possuir uma política significa dispor de instrumentos para maior controle e eficiência para atingir um interesse junto à Administração Pública. Dinâmicas institucionais que tenham, especificamente, cunho permanente na prática precisam ser pensadas e construídas para subsidiar ações que de fato promovam a permanência de seus acervos em condições adequadas de guarda e tratamento, garantindo também sua divulgação e acesso.<sup>33</sup>

Os registros das diretrizes que pautam as atividades de preservação, bem como suas transformações ao longo do tempo, deveriam ser compreendidos como documentação relevante para a tomada de decisão dentro das instituições. Relatórios

---

<sup>32</sup> Durante o desenvolvimento deste capítulo iremos nos direcionar mais especificamente às ações que prezam pela preservação de um acervo, mas uma instituição *pode e deve* contar com ações padronizadas que atuem em diferentes demandas e necessidades quanto ao seu funcionamento.

<sup>33</sup> Conforme vamos desenvolver ao longo desse subcapítulo, nossa intenção aqui não é fazer uma análise ampla sobre a existência de políticas de preservação nas instituições públicas nacionais, pois entendemos que esta é uma análise profunda que requer subsídio e afinco. A intenção de trazer uma perspectiva quanto ao assunto é levantar uma necessidade percebida ao longo da construção dessa dissertação, que seja, as diferentes formas de se abordar as práticas que visam a preservação dos acervos institucionais.

de atividades, assim como estudos sobre os índices de controle climático, por exemplo, também deveriam ser considerados para tais decisões. Órgãos como o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), representações máximas das suas áreas, produzem *orientações* para o desenvolvimento e implementação dessas recomendações pelas instituições de preservação e memória sob sua responsabilidade. No entanto, diferentemente de um documento único e geral que orienta uma prática nacional, essas ações acontecem de forma pontual, ou seja, dão margem a modelos diferenciados de atuação de instituição para instituição construindo perfis de atuação bem particulares. Ainda assim, felizmente, preveem práticas institucionais que englobam a preservação de acervos, o que contribui para a salvaguarda de nosso patrimônio. Os museus são a área em que mais vemos orientações mais robustas quanto à essas práticas. Nesse quesito encontramos manuais variados, mas que sempre partem de uma experiência interna e não do órgão que tem por competência dar diretrizes a serem seguidas. O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), por sua vez, órgão máximo de orientação para museus, possui leis e relatórios que subsidiam as práticas relacionadas à preservação. Essas leis devem ser aplicadas em suas unidades subordinadas.

Trabalhos como a tese de doutoramento de Isis Baldini Elias (2010), intitulada *Conservação e restauro de obras com valor de contemporaneidade*, e artigos mais recentes, como o de Maria Amelia J. Corá (2014) e Admeire da Silva S. Sundström (2019), que versam sobre políticas culturais no país, trazem um retrospecto dos órgãos de patrimônio e de suas iniciativas de implementação de ações institucionalizadas. Como exemplos encontrados nesses trabalhos, temos o Plano Permanente de Preservação e Valorização (PPPV), Plano Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), ou ainda a criação de setores como o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Apesar das tentativas de se aproximar do desenvolvimento de um documento que possa refletir todas as ações voltadas a uma Política de Preservação de Bens Culturais propriamente dita, os documentos levantados por essa pesquisa, apresentam, em sua maioria, ações descentralizadas, o que não efetiva uma orientação com abrangência nacional.

No âmbito dos acervos arquivísticos o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) é o órgão responsável por desenvolver e orientar quanto às práticas de

preservação. Leis como a 8.159 de 1991,<sup>34</sup> conhecida popularmente como a lei de arquivos, especifica em seus artigos 18, 19 e 20, por exemplo, a quem compete a responsabilidade de guarda e preservação dos acervos do poder Executivo, Judiciário e Legislativo. Além das leis também podemos citar suas publicações técnicas como a “Análise do papel reciclado fabricado no Brasil para produção de documentos arquivísticos”<sup>35</sup> ou ainda a “Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital”.<sup>36</sup>

No entanto, nem tudo que está especificado em leis ou manuais consegue ser aplicado na prática. Nem sempre a realidade das instituições é confortável no que diz respeito aos recursos financeiros necessários para implementar práticas previstas em planejamentos relacionados a preservação e diretrizes de conservação que abarquem todos os pontos levantados por instituição usadas como referência ou até mesmo, conforme citamos anteriormente, em relatórios, índices de controle climático etc. referentes a documentos da própria instituição. Iniciativas de órgãos públicos muitas vezes colaboram para que essas ações em prol do pleno funcionamento de um arquivo ou museu, por exemplo, possam acontecer. Projetos culturais específicos e pontuais são, em muitos casos, a forma encontrada para executar as melhorias necessárias para o funcionamento de um setor ou de uma instituição com um todo. No entanto, para que essas iniciativas possam acontecer, os interesses do poder público e do equipamento cultural devem estar alinhados.

A mobilização de servidores para projetos paralelos à sua rotina de trabalho ou a contratação de profissionais especializados que possam contribuir em áreas específicas das instituições para o desenvolvimento de programas, fazem parte das demandas que são colocadas em prática com o auxílio de iniciativas culturais bancadas por meio de projetos de incentivo.

Sabemos que é grande o esforço de instituições como o Arquivo Público Mineiro para implantar e manter melhorias em suas áreas de atuação. A vontade política, a captação de verbas, a formação de redes de colaboração e a divulgação das conquistas são barreiras constantes a serem transpostas pelos trabalhadores de equipamentos culturais. Portanto torna-se difícil encontrar exemplos de políticas ou práticas institucionais duradouras e efetivas implantadas em instituições de guarda de acervos.

---

<sup>34</sup> Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991.

<sup>35</sup> CONARQ, 2014.

<sup>36</sup> CONARQ, 2004.

Poucas são as iniciativas, como a do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/CNPq) que lançou em 1995, um documento intitulado *Política de Preservação de Acervos Institucionais*. Entretanto, fica evidente já no início do documento que ele não seria conclusivo e que partia que uma iniciativa própria e autônoma da instituição, em conjunto com o Museu da República, tal como é ressaltado:

A inexistência de documentos que orientassem e/ou normatizassem as ações ligadas à preservação da integridade dos bens de caráter global, motivou o MAST para, em parceria com o Museu da República, abrir a discussão a outros profissionais de áreas afins, objetivando a formulação de uma política que auxiliasse outras instituições na elaboração de normas e critérios gerais, e que envolvesse os principais aspectos que caracterizam a preservação do bem cultural (MAST/CNPq, 1995, p.11).

O *Guia de preservação do patrimônio cultural*, desenvolvido pela Câmara dos Deputados, é outro exemplo de iniciativa de construção de política institucional de preservação. Objetivamente, o documento “[...] traz diretrizes, básicas para a implementação de medidas de conservação, segurança e divisão de responsabilidades, de acordo com os princípios da Constituição Federal de 1988” (BRASIL, 2014, p 11).<sup>37</sup> É relativamente frequente em se tratando sobre os acervos documentais encontrarmos orientações internas firmadas em experiências de equipes; estas podem ser consideradas ações iniciáticas, mas estão distantes de constituírem uma padronização de ações institucionais. Devemos levar em consideração também que as necessidades mudam de acordo com o tipo de acervo ou realidade existente para a implementação das ações de preservação, ainda que existam paradigmas e diretrizes compartilhadas. Diante dos exemplos trazidos, podemos concluir que, ainda que tenhamos muito a ser feito, são de fato, postas em prática ações que, mesmo descentralizadas, atuam em prol da preservação do patrimônio nacional.

Entendemos que é importante que se obedeça às particularidades de cada instituição quanto à sua realidade e seus contextos, tendo em vista a grande abrangência territorial, climática e geográfica de nosso país. No entanto, o que defendemos aqui é a existência de um documento, originário de órgãos governamentais, com diretrizes que pudessem orientar as medidas relativas às políticas institucionais de preservação de acervos arquivísticos. A falta de uma centralidade acaba por inviabilizar, muitas vezes, a implantação progressiva de melhorias quanto à preservação dos acervos. A

---

<sup>37</sup> A política da Câmara foi aprovada em 16 de julho de 2012, pelo do Ato da Mesa nº 49.

esta falta soma-se a problemática das ingerências políticas que atravancam muitas iniciativas pontuais.

### *3.2. Padrões de gerenciamento ambiental: trajetória, conceitos, e as mudanças na perspectiva da preservação de acervos*

Outro aspecto a ser destacado é que, durante muito tempo, os parâmetros estabelecidos para a preservação de bens culturais materiais se pautaram em modelos e índices baseados em realidades europeias, tanto no que diz respeito às variáveis ambientais, como às variáveis estruturais. Essa liderança se deu pelo pioneirismo em relação à patrimonialização e registro das coleções de arte e acervos documentais, condição motivadora do debate entre intelectuais e governos a respeito da importância da manutenção ou destruição do patrimônio, as diferentes formas de garantir a permanência dos suportes documentais, os estudos sobre técnicas e materiais etc. (ELIAS, 2010).

De forma geral, no que compete ao eurocentrismo das bases conceituais e metodológicas dos padrões relativos à preservação, mais especificamente à própria ideia de bem patrimonial, Françoise Choay alerta que os elementos e os valores dos quais nos apropriamos para pensar a idealização e a validação de um bem cultural estão atrelados a um referencial de civilização. Sob esta perspectiva, a autora apresenta os caminhos e os critérios que chancelam a definição do que é ou não é patrimônio cultural de uma determinada sociedade. Esse referencial, segundo Choay (2006), viria de conceitos importados, os mesmos que nos entregavam os parâmetros de preservação desses bens, ou seja, um perfil de elementos construídos e trazidos da Europa Ocidental.

Aloisio A. Nunes de Castro (2012), em seu livro, resultado de sua dissertação de mestrado sobre a história da Conservação-Restauração de acervos em papel no Brasil, descreve um panorama minucioso sobre a formação do pensamento preservacionista no Brasil, e os órgãos que tornaram oficiais as metodologias construídas a respeito dos bens culturais. Referimo-nos aqui à formação de metodologias de análise dos bens culturais, e ao desenvolvimento e aplicação de métodos de tratamentos interventivos, além da padronização de critérios e de nomenclaturas debatidos entre pares para a formalização das atividades de conservação-restauração. Em sua obra o autor indica, fundamentado por seus pares

como José Reginaldo Santos Gonçalves, que “[...] no momento fundador do organismo oficial, sob a administração de Rodrigo Mello Franco de Andrade, as ações preservacionistas são orientadas por um conceito iluminista de cultura, sinônimo de civilização e erudição” (CASTRO, 2012, p. 122). Novamente notamos a influência europeia, tomada como civilização erudita e, portanto, detentora do conhecimento, na determinação do que consideramos nosso patrimônio nacional e os meios pelos quais eles podem ser mantidos para a posteridade.

Willi de Barros Gonçalves (2013) delinea um panorama sucinto, mas ao mesmo tempo claro e objetivo, do processo de passagem de uma teoria geral de preservação, norteadada por realidades estrangeiras, a um pensamento crítico e ajustável que pudesse beneficiar realidades diferentes. O mesmo autor também nos apresenta, nas ações de colecionismo, o cerne da atuação de conservadores-restauradores. A partir da introdução da prática colecionista, a atuação do profissional dedicado à preservação dos objetos não perdeu mais seu espaço. Com o passar do tempo e com inserção nas coleções de obras que contêm materiais novos, e por vezes pouco estudados, o profissional da conservação se viu em contato com a necessidade de compreender outras áreas de formação para que pudesse atuar. Essa imersão em outras áreas do conhecimento científico transformou o profissional de hoje em alguém que atua em uma área multi e transdisciplinar.

O discurso e as teorias que fundamentam a preservação de acervos foram sendo aprimorados conforme as técnicas e materiais também o foram. Na mesma medida, foram sendo questionadas as particularidades de cada bem cultural em seu contexto tornando a discussão em torno do patrimônio cada vez mais complexa. Assim como Gonçalves, Isis Baldini Elias (2010) faz uma retrospectiva detalhada das correntes de estudo desde os primórdios do pensamento patrimonial, percorrendo a formação e o desenvolvimento das teorias da restauração e suas linhas de pensamento, até as definições mais atuais. Segundo a autora, após várias linhas de pensamento terem sido defendidas ao longo de décadas, os conceitos orientadores da preservação do patrimônio mantiveram-se inalteradas “[...] até os anos sessenta, quando Brandi publica ‘Teoria da Restauração’, uma ampla e sistemática enunciação filosófica voltada exclusivamente para os problemas referentes às intervenções em obras de arte” (ELIAS, 2010. p. 59).

Ainda segundo Elias, uma conjunção de fatores – políticos, sociais e culturais ligados entre si – alicerçou as bases para que hoje a área de preservação de bens

culturais conte com profissionais de diversas formações atuando juntos, reforçando, com esse raciocínio o que já mencionamos sobre a análise de Gonçalves. Com a Primeira Guerra Mundial, museus e instituições de arte esconderam suas obras para evitarem que fossem saqueadas durante o conflito. No entanto, os locais aos quais se destinavam nem sempre possuíam condições adequadas para a sua conservação. Quando as obras foram retiradas desses esconderijos, “[...] apresentavam problemas de degradação de natureza distinta daquelas que os restauradores estavam acostumados a enfrentar, como, por exemplo, deslocamento de sais, micro-organismos, corrosão etc.” (ELIAS, 2010, p. 64), sendo então necessário o auxílio de biólogos, químicos, estudiosos da área de exatas e outros profissionais que pudessem contribuir com os trabalhos de recuperação, corroborando a ideia defendida por Gonçalves, como já mencionado. O resultado dessa multidisciplinaridade, para além do seu conhecimento técnico, pode ser observado também na mudança de perspectiva que a área de preservação vai adotando com o passar dos anos, fazendo com que parâmetros rígidos possam ser revistos e flexibilizados.

Se analisarmos o percurso histórico desde que os preceitos da preservação se tornaram vigentes por meio de célebres engenheiros e arquitetos<sup>38</sup> até meados do século XX, o modo de ação e orientações quanto à atuação dos profissionais seguiu as determinações de acompanhamento aos moldes dos países da Europa Ocidental. As discussões que envolviam a salvaguarda de bens patrimoniais e o discurso fundamentado pelos profissionais e intelectuais da área do patrimônio foram, em um primeiro momento, baseados em ações que visavam uma maior intervenção na matéria do bem patrimonial para que, com isso, se pudesse alcançar o resultado do que eram registrados em textos e teorias como as de Viollet Le Duc. No entanto, as ideias, que foram aprimoradas ao longo do tempo ganharam novas perspectivas. Vários foram os autores que contribuíram para o desenvolvimento do que temos hoje como conceitos para a área de preservação. Desde um pensamento mais intervencionista, até práticas que consideravam a ruína como o estado final da obra ou monumento.<sup>39</sup>

A perspectiva da restauração, até então preponderante, começa a mudar à medida que foi sendo observado que em muitos casos as intervenções poderiam ter sido

---

<sup>38</sup> Nosso intuito não é realizar uma revisão histórica, uma vez que outros trabalhos de maior envergadura fazem isso de forma bastante extensa como é o caso da tese de doutorado de Aloisio A. Nunes de Castro já mencionada anteriormente. Nosso objetivo é destacar a trajetória histórica das ideias e teorias da conservação restauração para compreendermos como chegamos até o momento atual.

<sup>39</sup> Cito aqui explicitamente Violet Le Duc e John Ruskin como expoentes dessas duas visões opostas.

evitadas caso medidas de prevenção tivessem sido empregadas.<sup>40</sup> Compartilha-se a noção de que a conservação preventiva deve ser o principal objetivo das ações e diretrizes de preservação, de forma a mitigar os processos de deterioração dos bens e a diminuir a necessidade de tratamentos mais interventivos, tais como os de conservação curativa e, em situações de avançado dano, restauração.

Para compreendermos melhor, houve já na década de 1940 e 1950, mas principalmente a partir da década de 1960 em diante, o aumento das discussões acerca de novas formas de atuação dos profissionais na área em relação a preservação dos bens culturais. Catarina Alarcão (2007, p. 9) situa que “Nos anos 70, ao aperceber-se dos problemas causados pela instalação sistemática de climatização nas galerias de exposição, Gary Thomson demonstrou a importância de controlar o meio ambiente que rodeia as coleções [...]” Posteriormente na obra *The Museum Environment*, Thomson lança questionamentos sobre os índices anteriormente estipulados, introduzindo novas perspectivas para os padrões vigentes sobre controle ambiental e índices de T e UR que não se apresentavam mais para apenas uma realidade, excluindo a variedade de climas existentes. Além disso, o autor destaca as diferentes formas de que considerar os padrões de gerenciamento ambiental em reservas técnicas, o que exigiria particularidades no tratamento dos suportes armazenados nesses espaços (THOMSON, 1986). Diante dessas indagações, evidencia-se uma preocupação crescente entre os teóricos da área a respeito da dinâmica dos suportes das obras e das novas formas de se trabalhar a preservação do patrimônio. Apesar de os padrões para o controle ambiental terem sido questionados anos antes, foi principalmente a partir da década de 1990 que pesquisas que envolviam experimentos práticos e análises baseadas nas realidades das instituições começaram a acontecer de fato.

Devido ao pioneirismo europeu, como destacado anteriormente, seus parâmetros foram, por muito tempo, balizadores para ações relacionadas ao monitoramento e controle de variáveis ambientais como temperatura e umidade relativa – T e UR – em espaços de guarda. Os índices, estipulados para a realidade de clima temperado, foram seguidos mesmo em países com uma realidade climática distinta. Portanto, no percurso de estudos dos métodos que pudessem garantir a

---

<sup>40</sup> É importante registrarmos que havia ainda duas linhas de pensamento desenvolvidas por esses profissionais que eram a restauração científica e a restauração histórica. No primeiro caso, a ideia defendida por Camilo Boito tenta conciliar a teoria romântica com a necessidade de intervenção. Já o segundo caso, defendido por Luca Beltrami pretendia dar limites para a restauração estilística. Cf.: ELIAS, 2010, p. 61-62.

permanência dos bens culturais materiais – seus suportes e mídias –, os profissionais e pesquisadores da área da preservação no Brasil tomaram, no primeiro momento, aqueles índices adotados pelos países europeus como referências “universais”, deixando de considerar as características do clima de cada localidade onde estes acervos estavam situados.

Durante as décadas de 1960 e 1970 foram publicados estudos sobre qual seria um padrão a ser seguido no que se refere a índices de umidade relativa em espaços como museus, mas esses estudos foram pouco conclusivos chegando a valores genéricos e demonstrando que índices acima de 65% poderiam propiciar o aparecimento de fungos, enquanto que abaixo de 45% tornariam a estrutura dos materiais rígida demais, acelerando problemas na estrutura dos suportes. No artigo *Um módulo de controle de umidade relativa*,<sup>41</sup> Stefan Michalski (1985) aborda a realidade do controle de umidade em vitrines, por exemplo, traçando parâmetros para esses espaços. Segundo ele os índices deveriam apresentar entre 45% e 60% de umidade, com variação máxima de 3%. Apesar de o artigo ser publicado na década de 1980 ele está se referindo a uma realidade anterior. No entanto, nesse momento, ou seja, anterior à década de 1980 quando os estudos sobre conservação preventiva começam a ser evidenciados, o artigo, escrito por Michalski, ainda não avalia as obras em vitrines em um contexto mais amplo, considerando por exemplo o ambiente externo as vitrines. Posteriormente essas e outras análises sobre parâmetros de T e UR foram refeitos, desta vez com aspectos que também levavam em consideração tipos de materiais, por exemplo. Ainda assim a conclusão a que os pesquisadores chegaram é que não havia uma umidade relativa específica a ser seguida, mas sim uma faixa, entre 30% a 60%, onde os danos seriam minimizados (ERHARDT; MECKLENBURG, 1994).

A incorporação de parâmetros, de forma acrítica também para o contexto brasileiro não levou em consideração as particularidades de cada um dos materiais que constituíam os acervos, adotando índices genéricos para materiais diferentes, como apresenta Gonçalves (2013). É importante observarmos que não foram apenas os países da Europa Ocidental que desenvolveram índices de preservação do patrimônio, o Estados Unidos da América, por exemplo, também se tornou um referencial na esteira do desenvolvimento histórico dessa área. No entanto, os vínculos de estudo e fontes trouxeram os índices de países europeus como referência nos momentos iniciais do

---

<sup>41</sup> O título original do artigo é *A Relative Humidity Control Module*.

desenvolvimento deste campo no Brasil. De qualquer maneira, ainda que nos embasássemos mais na bibliografia norte americana, enfrentaríamos o mesmo problema, visto que as realidades ambientais e estruturais das instituições de preservação do patrimônio norte americanas são diametralmente distintas das nossas.

Gael de Guichen em seu livro *Climate in museums*, publicado pelo International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM), em 1980, posteriormente revisado e relançado em 1984 e reimpressa em 1988, lança mão de uma análise completa sobre os aspectos que influenciam a preservação dos suportes. Faz uma chamada de atenção sobre os prejuízos da oscilação da umidade, que para ele são mais prejudiciais do que a oscilação de temperatura e afirma que para os especialistas na área, o clima é o grande causador de problemas de preservação. Ao longo da narrativa Guichen avalia as variações de umidade, de temperatura, faz avaliações dos índices de T e UR dentro de fora de prédios que abrigam coleções, além de avaliar o uso de vitrines nessas condições. Todas essas análises são apresentadas em gráficos que auxiliam nossa compreensão sobre as variações apresentadas.

Guichen (1988) menciona durante toda a obra a importância de mantermos os índices de umidade estáveis, sendo essa a sua maior preocupação. A partir dessa preocupação apresenta os índices aconselháveis para cada tipo de material. Para material inorgânico como cerâmica, metais seriam indicados índices de umidade entre 0% e 45%, para fósseis entre 45% e 55%, já para materiais orgânicos como madeira, papel, couro, têxteis, marfim, pergaminho Guichen indica valores de 50% a 65% de umidade. Esses índices, no entanto, são acompanhados de 8 recomendações, algumas delas sendo:

- Acompanhamento do histórico de T e UR de um item;
- Se houver necessidade de transportar um objeto e se houver mudança em seus índices, que isso ocorra de forma muito lenta;
- Quanto mais estiver danificado um objeto, mais ele sofrerá com alterações dos índices;
- Se algum objeto for constituído por mais de um material, é preciso que se leve sempre em consideração o material mais sensível.

Essas e as demais recomendações se tornaram referenciais para se trabalhar com coleções.

De forma geral, com o aprimoramento de laboratórios de museus e envolvimento de vários profissionais, é na segunda metade do século XX, mais precisamente da década de 1960/1970 em diante, que as mudanças de paradigma da área realmente acontecem e seguem se desenvolvendo até o momento atual. Michalski (2014), diferentemente dos seus escritos na década de 1980, em seu artigo *Conservation Research into the Museum Climate: the Current Landscape* nos apresenta um modelo de atuação do profissional conservador-restaurador fundado em análises de exames científicos para corroborar dados empíricos sobre a degradação em obras de arte, demonstrando, no desenvolvimento do seu argumento, a necessidade de estudos interdisciplinares, em “[...] uma excitante colaboração [...]” (MICHALSKI, 2014, p. 12, tradução nossa).<sup>42</sup>

Foi devido a esse período de pesquisas e análises dos problemas encontrados em obras que laboratórios foram estruturados e novos debates começaram a se organizar. Despontaram os primeiros encontros internacionais para discutir metodologias aplicadas às obras de arte e, como desdobramento desses encontros, surgiram às primeiras cartas e diretrizes para normatização e diminuição das divergências conceituais (ELIAS, 2010). Muitas foram as mudanças debatidas entre os conservadores-restauradores e, conseqüentemente, nas instituições às quais estavam à frente. Essas mudanças possibilitaram também que instituições internacionais fossem criadas, como é o caso do International Council of Museums (ICOM) e o International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM). Esses espaços propiciaram novas análises e contribuíram com mudanças na realidade existente em relação à área de preservação, colaborando com a quebra de paradigmas quanto aos parâmetros previamente estabelecidos.

Gonçalves (2013) ainda referenda Froner e Rosado, que situam um dos seminários promovidos pelo ICCROM, realizado em Bolonha em 1999, como o marco fundamental para a consolidação da ciência da conservação. Segundo suas palavras,

[...] não é possível pensar sobre a conservação sem a sustentação das ciências naturais. Trabalhos de arte não têm somente valor estético e histórico, mas também uma natureza física que deve ser considerada. Compreendendo as propriedades dos materiais; o macro e o microambiente; o estado de preservação e os processos da deterioração; o desenvolvimento de materiais e de métodos de conservação, a área passa a consolidar um saber específico. Entretanto, enquanto os papéis dos curadores, conservadores e documentalistas parecem estar estabelecidos, o mesmo não se dá com o dos cientistas da conservação. A definição do termo, a

---

<sup>42</sup> No original: *It is an exciting time for collaboration.*

abrangência de atuação e formação tornou-se imprescindível para a ocupação de um espaço social (FRONER; ROSADO, 2008, p. 19).

Com essa assertiva as autoras assinalam o surgimento da definição de Conservação Preventiva. A delimitação de áreas e atuações mais circunscritas também é um marco nesse período de transição e passam a definir da atuação dos profissionais na área. Objetivamente,

A Conservação Preventiva abrange táticas diversas que concorrem para o objetivo de preservar o Patrimônio Cultural. Envolve várias posturas e ações com a finalidade de anular ou reduzir ao mínimo possível a magnitude dos múltiplos riscos que podem ameaçar os bens culturais. Compreende providências mediatas, que tangem aspectos diferentes do cotidiano das instituições responsáveis pela guarda de coleções. Abrange questões que tocam todos os ângulos institucionais, e que, em teoria, devem estar prescritas em um plano museológico: missão, organização, políticas, recursos humanos e infraestrutura. Perpassando essas questões, destaca-se a necessidade de controle do microclima das coleções, a qual, no âmbito da Conservação Preventiva e do Gerenciamento de Riscos, é tratada sob o conceito mais abrangente do *Gerenciamento Ambiental* (CASSAR, 1995. *apud* GONÇALVES, 2013, p. 31).

De forma geral, a preservação dos suportes ocorre por uma junção de fatores que englobam questões químicas, físicas e humanas, ou seja, estamos falando de um sistema complexo de ações que em conjunto mantém para a posteridade a possibilidade de pesquisa e análise de suportes que foram produzidos milhares de anos antes, muitas vezes. Preservação, conservação e restauração, embora complementares, exercem funções específicas no tratamento de acervos. Para que possamos compreender melhor os conceitos que definem cada área de atuação, nos baseamos nas definições fornecidas pelo ICROOM. Os conceitos que utilizamos hoje para definirmos os campos de ação na área de preservação, foram amplamente debatidas por profissionais atuantes na área. Essas definições foram publicadas em 2008 e estão disponíveis também no site do ICOM. Em sua página eletrônica, o órgão compartilha as seguintes definições do International Council of Museums – Committee for Conservation/ ICOM – CC:

- **Conservação** – todas as medidas e ações destinadas a salvaguardar o patrimônio cultural tangível e, ao mesmo tempo, garantir sua acessibilidade às gerações presentes e futuras. Conservação abraça conservação preventiva, conservação e restauração corretiva. Todas as medidas e ações devem respeitar o significado e as propriedades físicas do item de patrimônio cultural.

- **Conservação preventiva** – todas as medidas e ações destinadas a evitar e minimizar futuras deteriorações ou perdas. Eles são realizados no contexto ou nos arredores de um item, mas com mais frequência um grupo de itens, independentemente da idade e condição. Essas medidas e ações são indiretas – elas não interferem

nos materiais e estruturas dos itens. Eles não modificam sua aparência.[...]

- **Conservação curativa** – todas as ações diretamente aplicadas a um item ou a um grupo de itens que visem interromper os processos prejudiciais atuais ou reforçar sua estrutura. Essas ações são executadas apenas quando os itens estão em uma condição tão frágil ou se deterioram a um ritmo que podem ser perdidos em um tempo relativamente curto. Essas ações às vezes modificam a aparência dos itens. [...]

- **Restauração** – todas as ações diretamente aplicadas a um item único e estável, com o objetivo de facilitar sua apreciação, entendimento e uso. Essas ações são executadas somente quando o item perdeu parte de seu significado ou função por alteração ou deterioração passada. Eles são baseados no respeito ao material original. Na maioria das vezes, essas ações modificam a aparência do item.[...]

Às vezes, medidas e ações de conservação podem servir a mais de um objetivo. Por exemplo, a remoção de verniz pode ser tanto restauração quanto conservação curativa. A aplicação de revestimentos protetores pode ser tanto restauração quanto conservação preventiva. O ressurgimento de mosaicos pode ser tanto uma conservação preventiva quanto curativa” (ICOM-CC, 2020, tradução nossa).<sup>43</sup>

Desta forma podemos compreender pela segmentação dos estratos de atuação específicos que, apesar de cada um deles atuar visando uma ação definida, há uma complementação dessas ações quando analisamos o benefício que acrescentam à preservação de um bem como um todo. O desenvolvimento das normas e índices, termo higrométricos para a área de preservação e estudos que apresentam índices globais, defendem que um dos fatores mais importantes para se manter a preservação de um bem é respeitar seu histórico climático. Portanto pensar a preservação de um bem

---

<sup>43</sup> No original: “- **Conservation** – all measures and actions aimed at safeguarding tangible cultural heritage while ensuring its accessibility to present and future generations. Conservation embraces preventive conservation, remedial conservation and restoration. All measures and actions should respect the significance and the physical properties of the cultural heritage item.  
- **Preventive conservation** – all measures and actions aimed at avoiding and minimizing future deterioration or loss. They are carried out within the context or on the surroundings of an item, but more often a group of items, whatever their age and condition. These measures and actions are indirect – they do not interfere with the materials and structures of the items. They do not modify their appearance. [...]  
- **Remedial conservation** – all actions directly applied to an item or a group of items aimed at arresting current damaging processes or reinforcing their structure. These actions are only carried out when the items are in such a fragile condition or deteriorating at such a rate, that they could be lost in a relatively short time. These actions sometimes modify the appearance of the items. [...]  
- **Restoration** – all actions directly applied to a single and stable item aimed at facilitating its appreciation, understanding and use. These actions are only carried out when the item has lost part of its significance or function through past alteration or deterioration. They are based on respect for the original material. Most often such actions modify the appearance of the item.” Cf.: ICOM-CC, 2020.

cultural é pensar de forma integrada a redução dos fatores que impactam o seu envelhecimento.

Nessa perspectiva, pensar intervenções nos acervos é também refletir sobre a importância do material para a posteridade (seu cunho histórico), pensando e agindo para que tenhamos que atuar mais quanto a conservação de maneira mais ampla – com conservação preventiva – do que de forma específica – a restauração propriamente dita. Atuando com profissionais que prezam por manutenção do que pela intervenção haverá a garantia de que os procedimentos que vierem a ser realizados aconteçam de forma segura, e mediante orientação de um profissional habilitado para esta atividade.

Atualmente as teorias de Cesare Brandi e Salvador Vinãs já se encontram bastante debatidas entre os profissionais no que se refere às obras em suportes ditos tradicionais – papel, madeira etc. Sabemos, obviamente, que muitas mudanças se deram no âmbito da produção de bens culturais, com o aparecimento de novas tecnologias assim como de variadas técnicas experimentadas pelos artistas. Além da junção desses dois fatores – materiais + técnicas – nesta dissertação estamos nos referindo sempre a um discurso e atuação no que diz respeito a suportes e técnicas mais tradicionais de uso.

As discussões iniciadas na metade do século XX, as instituições internacionais criadas, o desenvolvimento de pesquisas referentes aos índices de preservação e fatores que aceleram ou retardam a degradação de um bem cultural, foram iniciativas construídas progressivamente, tendo uma mudança considerável de paradigmas na década de 1980. No entanto, é na década de 1990 que a Conservação Preventiva se consolida. Gael de Guichen, considerado o pai dessa nova forma de pensar e atuar com relação a preservação dos bens culturais, publica um artigo sobre essa mudança de paradigma que acaba se tornando um marco para a área intitulado *La Conservation Préventive: un changement profond de mentalité* (1995), definindo uma nova abordagem.

Assim como outras instituições no Brasil, o Arquivo Público Mineiro tentou, sempre respeitando as suas limitações e necessidades, acompanhar as mudanças na área de preservação. Alinhados a trabalhos científicos e acadêmicos que trouxessem maior segurança às ações de preservação para guarda de seus acervos, seus profissionais participavam de congressos e debates da área a fim de manter o acervo da instituição em condições de acesso e uso.

Pedro de Brito Soares, que atuou durante mais de uma década como Diretor de Conservação do APM, durante entrevista concedida para o desenvolvimento desta pesquisa, relata como os eventos da área, como os congressos da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores (ABRACOR), eram importantes para atualizações e discussões entre pares. Eram nesses momentos que tinham oportunidade de debater e analisar as novas proposições da área para a realidade brasileira, além de possibilitar aos profissionais de outras regiões do Brasil poderem se encontrar e discutir as necessidades e dificuldades pelas quais passavam ou ainda compartilhar soluções encontradas.

Foi em um desses encontros que Pedro de Brito conheceu o professor Saulo Guths da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Guths é professor da área de Engenharia, mas atua principalmente em pesquisas sobre termodinâmica e já estava a par das discussões a respeito de novos olhares dados a Preservação do Patrimônio Cultural, principalmente no que se refere a variações térmicas e conforto ambiental. Um contato em comum coloca Brito e Guths em diálogo, e este apresenta uma ferramenta em desenvolvimento para o monitoramento de Temperatura e Umidade de ambientes fechados.

Apesar da recomendação de índices tradicionais de T e UR para acompanhamento e monitoramento, a realidade brasileira se depara com outra característica importante a ser considerada: a sua variabilidade climática. Teríamos muita dificuldade de encontrar um parâmetro de T e UR único para as nossas realidades, já que são várias devido diversos fatores dentre eles a nossa extensão territorial, variedade de condições estruturais etc. – ocasionadas também pela diversidade de contextos sócio-políticos e recursos financeiros. Com todas essas variáveis, em muitos contextos existentes em nosso território, torna-se complicado instalação de equipamentos e instrumentos para a adequação de índices gerais, mantendo um padrão desnecessário a nossa realidade. Mais adequado é falarmos especificamente da importância da estabilização e manutenção dos índices em faixas adequadas segundo os materiais e o ambiente do lugar geográfico do acervo.

Estudos como o de Gary Thomson (1986), como já abordamos anteriormente nos orientam quando aos índices mais adequados para nos balizarmos dependendo da região, do clima e das condições a que os acervos estão expostos. Para mencionarmos pesquisas mais recentes, podemos citar (BROWN, 2002 apud Gonçalves, 2013, p. 388), que menciona como índices aceitáveis para coleções contendo materiais diversos

em climas temperados, os valores de 45% à 65% de umidade e 18 °C a 24 °C - sendo que a umidade acima de 70% favorece uma condição crítica para a germinação de fungos. Apesar da existência de vários estudos esses parâmetros não têm oscilado ao longo dos anos, como podemos verificar em (ASSIS et al., 2019) motivo pelo qual entendemos que a manutenção dos índices de T e UR é o caminho mais viável para a preservação de acervos.

### *3.3. Estratégias para estudos climáticos*

Quando falamos de recursos que podemos utilizar para melhorar as condições dos ambientes de guarda de nossos acervos e, conseqüentemente, proporcionarmos melhorias no que se refere à preservação dos acervos institucionais, algumas formas de tornar o ambiente mais adequado podem ser elencadas. Procedimentos de menor impacto como uso de ventilação natural dos locais de guarda, ou ainda sistemas integrados de climatização são opções disponíveis. Cada uma será condizente com uma realidade determinada.

Sistemas ativos de climatização, que são sistemas que contam com aparelhos que modificam as condições do ambiente onde estão instalados – ar condicionado, por exemplo – normalmente não beneficiam diretamente as coleções, mas sim o conforto humano. Esses sistemas, introduzidos nas instituições por aparelhos de condicionamento de ar, são, para muitas realidades institucionais, uma opção onerosa, uma vez que devem ficar ligados ininterruptamente, ou possuir geradores de energia em caso de uma queda de energia ou qualquer outro problema que deixe os aparelhos de condicionamento de ar sem funcionar. Embora seja uma opção, nem sempre será a que melhor se adequa a grande parte das instituições.

Outro meio com o qual podemos trabalhar para alcançarmos ambientes de guarda que possam propiciar ao acervo T e UR que estejam dentro dos índices saudáveis para os seus objetos, é a arquitetura bioclimática. Gonçalves faz também um amplo levantamento de como esses métodos foram sendo pensados e desenvolvidos, as intenções e fatos sociais que culminaram no que temos hoje enquanto sistemas bioclimáticos, conceituando-o como “[...] uma postura projetual que visa aperfeiçoar as relações do edifício com o clima externo, por meio do uso de recursos como a forma e orientação, proteção solar, ventilação e inércia térmica, dentre outros” (GONÇALVES, 2013, p. 57). Dentre os benefícios que podemos pontuar neste tipo de sistema está a não utilização de recursos energéticos e a utilização da própria edificação

como ferramenta para se alcançar um ambiente apropriado para o acervo, como por exemplo a abertura de janelas que possam propiciar uma ventilação cruzada no ambiente. Gonçalves elenca ainda princípios e recomendações os quais podem ser seguidas para se pensar um sistema bioclimático ou ainda como também é chamado de Preservação Sustentável.<sup>44</sup>

No entanto, nem todas as edificações que abrigam acervos documentais estão aptas à utilização de sistemas como os mencionados anteriormente. Faz parte da realidade dos equipamentos culturais que conhecemos, inclusive o próprio APM, o aproveitamento de edificações anteriormente utilizadas como residências ou repartições públicas e que não possuem estrutura para comportar acervos dentro de requisitos técnicos, ou mesmo ter adaptações para chegar a essa realidade. Nem sempre é possível a realização dessas adaptações ou mudanças para que janelas sejam abertas propiciando uma ventilação cruzada, por exemplo, pois muitas vezes as condições do ar – poluição dos centros urbanos – torna inviável essas mudanças em busca de melhorias. Ainda temos os casos de acervos que estão situados em subsolos dos prédios ou áreas da edificação que não possuem saídas apropriadas para ventilação, tornando o índice de umidade desses espaços mais elevado que outros ambientes da edificação. Ainda nos deparamos, muitas vezes, com a espessura da parede, que é um problema a parte. Alguns dos problemas mencionados anteriormente, encontramos no APM. Diante dessas realidades, sistemas de ventilação tradicionais ou condicionamento de ar, dentre outros mecanismos ativos de mudança do ambiente de guarda dos acervos, se faz necessário.

O CLIMUS, desenvolvido pelo professor Saulo Guths, é um Sistema que desde a década de 1990 vem sendo aprimorado para monitorar as variações de T e UR em espaços de guarda de acervos. O Sistema proporciona com a análise de dados obtidos, um maior controle e precisão nas decisões relacionadas à instalação de equipamentos de controle ambiental, ou ainda decisões relacionadas a pequenas mudanças nos espaços para que tenham um uso mais adequado aos acervos.<sup>45</sup> Uma ideia presente nos

---

<sup>44</sup> Há críticas feitas a esse tipo de sistema para a manutenção da temperatura e umidade relativa em espaços que guardam acervos, no entanto nosso intuito aqui não é fazer uma análise minuciosa de cada um desses sistemas de gerenciamento, somente mencioná-los como realidades existentes.

<sup>45</sup> Durante a implantação da primeira versão do Sistema CLIMUS no APM e após a análise dos primeiros dados obtidos, constatou-se que o quarto andar era muito úmido para o acervo que armazenava. Depois daquela primeira análise ocorreu a mudança do acervo do quarto para o primeiro andar, para que pudesse estar em condições melhor de preservação. Essas são mudanças promovidas pelo monitoramento adequado dos espaços de guarda de acervos.

argumentos do professor Saulo é o equilíbrio entre ambientes – climatizados e não climatizados –, nos quais a troca de T e UR funciona para essa manutenção da estabilidade climática. Além disso, segundo Guths, esse equilíbrio proporciona um uso mais eficiente dos sistemas de climatização, pois faz com que sejam utilizadas as condições ambientais naturais para a estabilização dos índices de T e UR. O objetivo primeiro do Sistema CLIMUS é proporcionar controle de ambientes com um baixo custo. Visando ao cumprimento dessa meta, foram implantados aperfeiçoamentos no sistema, como uso de serpentinas e o modelo de climatização por unidade ou sala – substituindo um sistema acoplado ao ar-condicionado central que torna os gastos com luz muito mais elevados.

Dentre as opções existentes para que a preservação de um acervo e seus suportes possa ser realizada e mantida de forma adequada, certamente a escolha irá depender da realidade que cada instituição possui para sua implantação e, principalmente, manutenção. Portanto, não há como afirmar se um método é melhor que outro, mas que cada realidade irá exigir uma solução própria dentre as disponíveis no momento da implantação. No caso do Arquivo Público Mineiro, a escolha pelo Sistema CLIMUS levou em consideração uma série de fatores. Analisaremos esses pontos, a implantação do Sistema e a análise dos dados obtidos no próximo capítulo.

## 4. O SISTEMA DE GERENCIAMENTO TÉRMICO CLIMUS: UMA ANÁLISE DA SUA IMPLANTAÇÃO NO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

### 4.1. Histórico e desenvolvimento do Sistema CLIMUS

O CLIMUS é um Sistema de Gerenciamento Térmico<sup>46</sup> que tem como objetivo registrar os índices de Temperatura e Umidade Relativa (T e UR) de áreas de guarda ou exposição de acervos. O monitoramento dos dados coletados fundamenta as ações que devem ser tomadas nesses ambientes quanto à melhoria das condições de preservação no que se refere não só à estrutura física das edificações, mas também quanto aos acervos mantidos nesses espaços. Neste sentido, pode respaldar decisões relativas à correção de infiltrações ou canalização de água, à definição de horários de funcionamento, à limpeza dos ambientes, à manutenção das áreas internas e mesmo ao deslocamento de acervo para áreas de guarda mais adequadas às suas especificidades materiais.

Esse Sistema foi desenvolvido pelo professor Dr. Saulo Guths, da UFSC. Guths atua no departamento de Engenharia Mecânica desde 1995, inicialmente como pesquisador, em seguida como professor visitante e, a partir de 2010, como professor do quadro efetivo da instituição, onde desenvolve investigações na área de Ciências Térmica e Instrumentação. As pesquisas para a construção do CLIMUS tiveram início na década de 1990, em equipe composta pelos pesquisadores Carlos Eduardo Paghi, Engenheiro Elétrico que atua nas áreas de instrumentação e medidas elétricas, magnéticas e eletrônicas; e Alexandre Dutra Alves, também da área de Engenharia Elétrica, sob coordenação de Guths.<sup>47</sup> O projeto, desenvolvido nos laboratórios da UFSC, foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU), vinculada à UFSC. Em 2002, Saulo Guths fez o pedido de patente do CLIMUS, mas o processo de obtenção do registro não foi finalizado, ainda assim o professor continuou a implementar melhorias no sistema, mesmo sem financiamento continuado.

---

<sup>46</sup> Como já mencionamos na introdução deste trabalho, embora o Sistema CLIMUS, compreenda medição e monitoramento de temperatura e umidade, o nome dado pelo seu desenvolvedor ficou restrito a sistema térmico. Por ser o nome do sistema iremos manter essa nomenclatura, no entanto, compreendemos que para a área de preservação mais adequado seria higratérmico ou sistema ambiental.

<sup>47</sup> Dados obtidos na plataforma Lattes. PLATAFORMA LATTES. Currículo do Professor Saulo Guths. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2032834036613391>. Acesso em: 3 jun. 2020.

As bases teóricas para o desenvolvimento desse Sistema foram fundamentadas em estudos<sup>48</sup> realizados e divulgados por institutos internacionais como o International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM), o International Council of Museums (ICOM), Getty Conservation Institute além da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores (ABRACOR). Convergindo com a abordagem desses estudos, no entender de Saulo Guths as formas de degradação de acervos podem ser variadas, mas em sua grande maioria estão associadas aos níveis oscilantes de T e UR do ambiente. Segundo ele, essa teoria pôde ser corroborada pela pesquisa desenvolvida pelo químico James M. Reilly, que em 1995 apresentou um método para estabelecer um Índice de Preservação (IP) relacionando a deterioração química dos materiais orgânicos em função da sua exposição à T e UR. O IP permite fazer uma estimativa do tempo necessário para que os sinais de degradação por oxidação e hidrólise apareçam (GUTHS, 2004). Neste sentido, o método de Reilly fortaleceu a defesa do controle dos índices de T e UR como método essencial de salvaguarda da documentação histórica.

Para o professor Saulo Guths, as formas de degradação de acervos são variadas, mas em sua grande maioria encontram-se associadas aos níveis oscilantes de temperatura e umidade relativa do ambiente. Ainda segundo ele:

Reilly, em 1995, apresentou um método que relaciona a deterioração química em função da temperatura e umidade relativa para um material orgânico frágil (slide colorido) estabelecendo o Índice de Preservação (IP) que permite estimar em quanto tempo ocorrerá sinais de degradação por oxidação e hidrólise. Os valores apresentados por Reilly podem ser estendidos a qualquer outro material orgânico (GUTHS, 2004, p. 58).

Portanto, poderíamos estimar em quanto tempo que um documento teria o seu suporte prejudicado e, a partir dessa informação, poderíamos prevenir essa degradação com medidas que visagem sua salvaguarda. Essa análise foi inserida no sistema de gerenciamento térmico CLIMUS desde a sua primeira versão.

Outro fator a ser levado em consideração na projeção de um Sistema como o CLIMUS é o momento pelo qual a pesquisa sobre a conservação e restauração se encontrava na década de 1990 no Brasil. Como já comentamos no capítulo anterior, a mudança de perspectiva com relação aos padrões climáticos de preservação foi tema amplamente discutido durante aquela década. As novas perspectivas trazidas à tona

---

<sup>48</sup> Tais como: GÜTHS, KUSTER, LORENZETTI, SOUZA, 2002; LAMBERTS, DUTRA, PEREIRA, 1997; REILLY, NISHIMURA, ZINN, 2001.

pelos questionamentos dos pesquisadores desdobraram-se em novidades no campo da preservação e foram terrenos férteis para o desenvolvimento de ferramentas como o sistema CLIMUS.

Nas palavras de seu desenvolvedor, a primeira versão do CLIMUS possuía um mecanismo com “sensores de temperatura e umidade relativa conectados a uma unidade central que por sua vez comunicava-se com um microcomputador pela porta paralela ou serial” (GUTHS, 2004, p. 63). Com o tempo o sistema foi se aprimorando e ganhando outras funcionalidades e melhoramentos.

Figura 5 – Imagem da primeira máquina com o sistema CLIMUS instalado



Fonte: Ilustração retirada do artigo publicado na revista *Registro* (GUTHS, 2004, p. 63).

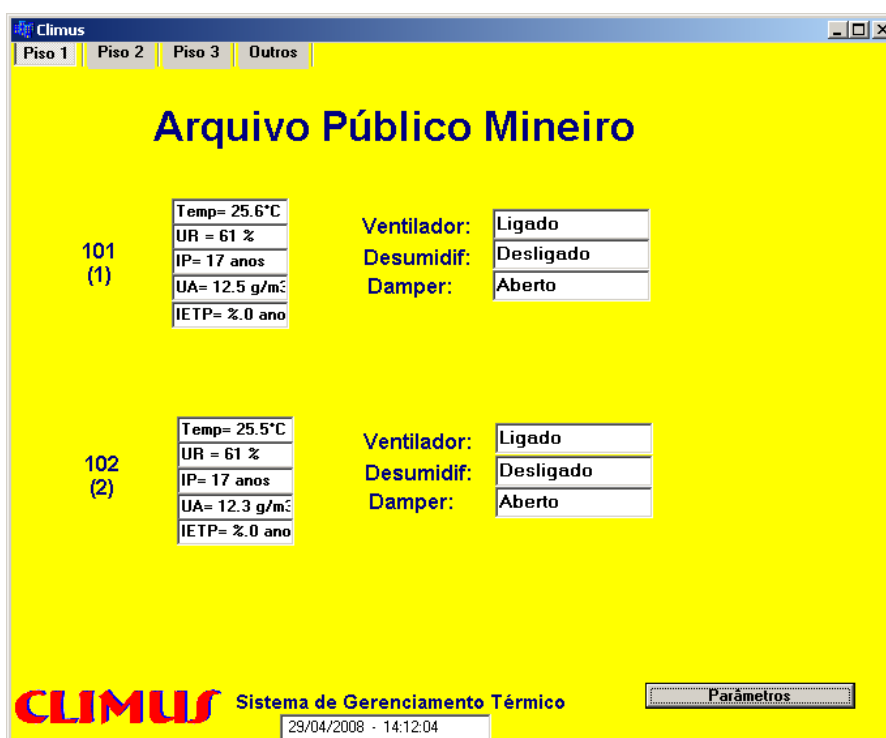
O Sistema CLIMUS apareceu como uma alternativa aos aparelhos de medições convencionais, os *data loggers*, que precisavam ser retirados dos locais onde se encontravam para descarregar os dados, além de não possibilitarem uma verificação das condições climáticas em tempo real, garantindo, com isso, uma intervenção mais rápida no caso de algum sinistro ou acidente. Importante ressaltar aqui outros objetivos que o Sistema CLIMUS desejava alcançar. Desde a primeira versão, Guths elencou seus principais benefícios:

- Disponibilidade de medições em horários noturnos;
- Facilidade no uso do sistema e sua interface;
- Pouca necessidade de calibrações – o que diminui a manutenção;

- Diminuição da possibilidade de perda de dados – uma vez que não é mais necessária a movimentação dos sensores para download dos dados coletados;
- Facilidade na interpretação dos dados – uma vez que o próprio sistema gera gráficos simples, mas objetivos com os dados coletados;
- Facilidade na comparação dos dados obtidos em diferentes ambientes de monitoramento – o sistema apresenta em sua interface com o acompanhamento simultânea de cada ambiente monitorado, possibilitando a comparação entre eles.

Levando em consideração essas características, aliado ao momento de transição pelo qual a área estava passando, focado uma perspectiva nova, mais voltada a ações de preservação, que o APM foi uma das primeiras instituições no país a implementar o Sistema CLIMUS.

Figura 6 – Imagem da interface do CLIMUS no Arquivo Público Mineiro



Fonte: Fotografia cedida por Saulo Guths.

Figura 7 – Imagem da interface do CLIMUS no Arquivo Público Mineiro



Fonte: Fotograma cedido por Saulo Guths.

Como podemos observar a interface do Sistema apresenta os dados gerais coletados por andar – ou piso – da edificação onde o CLIMUS está funcionando, e ainda em cada sala onde os sensores estão realizando a medição, informando em tempo real a situação de cada espaço de guarda. Sem que algum servidor tenha que ir fazer a verificação *in loco*, o CLIMUS apresenta um acompanhamento imediato de tudo que está ativo naquele momento demonstrando sua eficiência com relação a obtenção e acompanhamento dos dados.

Além dessas características conjugadas, que tornavam a utilização do CLIMUS diferenciada de outros equipamentos de monitoramento, outro benefício era especialmente mencionado por Guths (2004, p. 62) “[...] desenvolver um sistema completamente automático, e que ainda aliasse robustez, simplicidade e baixo custo.” Diante desse último objetivo, observamos que o projeto do CLIMUS foi além de um Sistema que visava facilitar as atividades de monitoramento de índices em reservas técnicas pois igualmente buscava beneficiar economicamente as instituições, uma vez que sabemos das dificuldades financeiras dos equipamentos culturais. Pensando em um Sistema que não necessariamente precisasse estar ligado a um sistema central de

condicionamento de ar, o CLIMUS visava a redução de gastos e a simplificação de sua instalação e uso, entregando um resultado eficaz e barato para a instituição.

#### *4.2. Como o Sistema CLIMUS se comporta na prática*

Em sua primeira versão, o CLIMUS possuía recursos básicos de controle e monitoramento de T e UR, captando e controlando dados que eram analisados para poder proporcionar uma melhor compreensão e precisão nas decisões relacionadas às alterações na guarda de acervo, instalação de equipamentos ou ainda prioridade na escolha de qual acervo deveria passar por alguma alteração, que seja mudança de local de armazenamento de um conjunto de documentos, aplicação de algum tipo de proteção nas janelas para diminuição da entrada de calor, ou ainda, alteração na forma de acondicionamento de algum material. Todas essas possibilidades eram analisadas de acordo com o que o monitoramento do espaço apresentava.

O Sistema registrava as informações referentes à T e UR nas salas em que havia sensores. Esses dados eram encaminhados para um computador por um conjunto de cabos utilizando uma rede simples de 4 fios. Os *softwares* denominados CLIMUS – CONTROL e CLIMUS VISUAL instalados no computador da instituição eram projetados especificamente para esse tipo de medição e faziam uma avaliação das condições climáticas encontradas relacionando-os com índices previamente estabelecidos, determinando em tempo real o Índice de Preservação (IP) para aquele acervo. Ainda segundo Guths, a instalação simples não requeria cuidados especiais, sendo que o Sistema atuava sob baixa tensão (12 volts), ou seja, não necessitava de um sistema de alimentação de energia próprio, podendo ser ligado na rede elétrica comum do prédio.

De forma bem sintética o CLIMUS apresenta possibilidades de múltiplos benefícios para o monitoramento e controle climático de espaços como reservas técnicas. Ele apresenta controle em condicionamento de ar, ventilação forçada – com os mecanismos de insuflamento e troca de ar do ambiente externo e interno –, desumidificação e alarme de risco de condensação em paredes baseada na informação da temperatura superficial, que consiste em manter no ambiente interno uma temperatura acima da temperatura de orvalho – a condição de condensação pode ocorrer em caso de pane no sistema. Além dessas funções, detectores de fumaça e sensores de presença podem ser incorporados, agindo também como um sistema de controle de segurança física e prevenção de incêndio.

Algumas “versões” do CLIMUS foram desenvolvidas para criar soluções adaptáveis a realidades diferentes, de acordo com as necessidades específicas da instituição contratante. Para que o sistema pudesse manter a sua eficiência, algumas adaptações eram realizadas, como, por exemplo, a utilização ou não de insuflamento de ar externo. Esse sistema insufla ar do ambiente externo toda vez que os índices de T e UR estiverem apresentando IP menos favorável ao acervo do lado de dentro dos espaços de guarda do que o ambiente externo. Esse ar é filtrado e ventilado para dentro das salas com acervo para que possam ocorrer trocas de ar e dispersão de poeira. Foi esta a versão instalada no APM, que consiste no Esquema 02 que mostraremos adiante.

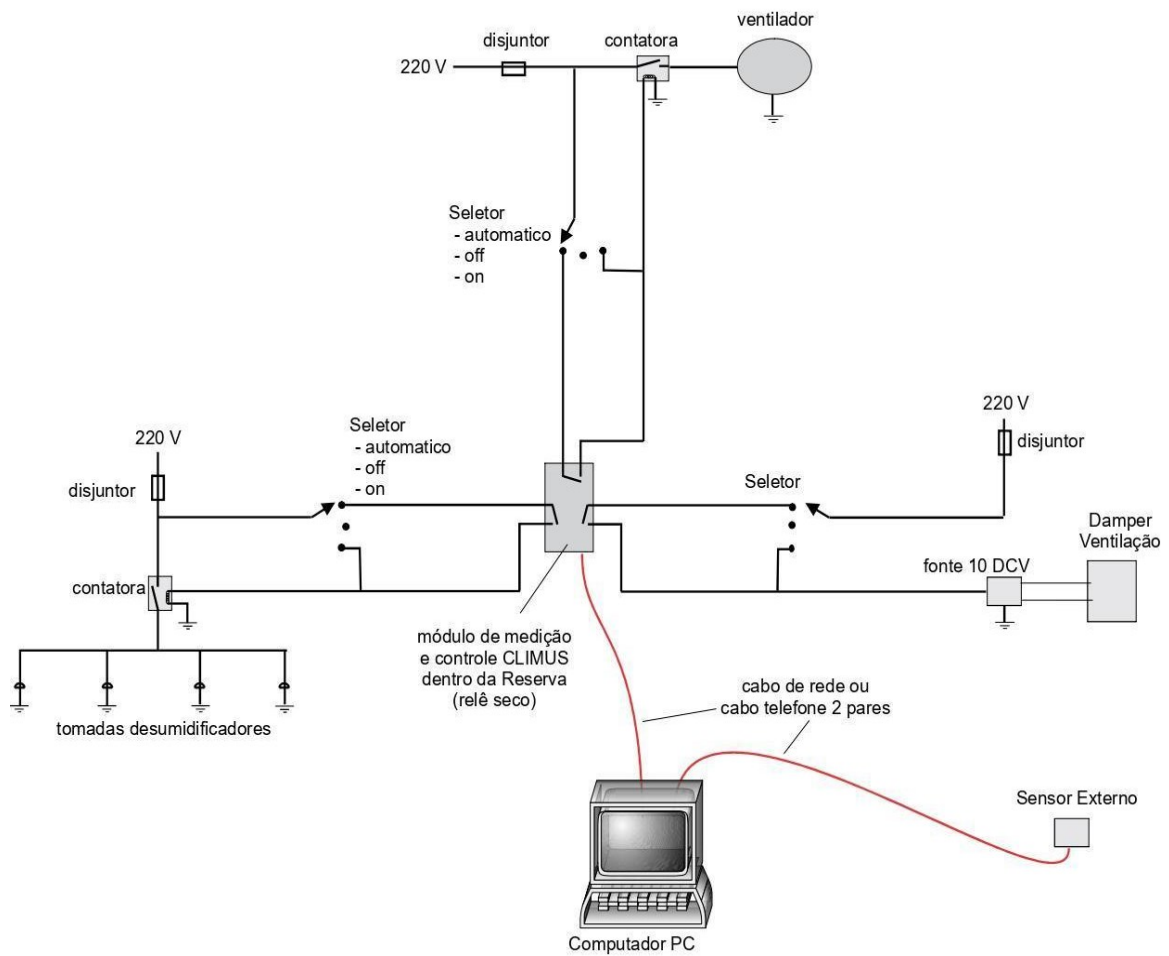
Desta forma, o Sistema CLIMUS foi instalado em várias instituições por todo o Brasil, como já mencionado brevemente no capítulo anterior, dentre elas algumas das instituições detentoras dos maiores acervos brasileiros:

- Arquivo Nacional (RJ);
- Museu de Arte Sacra (Salvador/BA);
- Museu do Índio (RJ);
- Museu Histórico de Santa Catarina – MHSC, também conhecido por Museu Cruz e Souza (Florianópolis/SC);
- Centro de Conservação e Restauração (Curitiba/PR);
- Arquivo Central – SIARQ – UNICAMP (Campinas/SP);
- Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP (Campinas/SP);
- Casa Andrade Muricy (Curitiba/PR);
- Museu Victor Meirelles (Florianópolis/SC);
- Casa França-Brasil (RJ);
- Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH (MG);
- Museu Histórico Abílio Barreto (MG);
- Arquivo Público Mineiro – APM (MG);
- Capela Padre José Hernes (Rio Negro / PR);
- Museu Universitário – UFSC (Florianópolis/SC);
- Arquivo da Biblioteca da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (RJ);
- Cinemateca Nacional (São Paulo/SP);
- Arquivo Público do Paraná (Curitiba/PR);
- Biblioteca do Clube Pinheiros (São Paulo/SP);
- Museu Imperial (Petrópolis/RJ);

- Museu Doutor Pestana (Ijuí/RS);
- Arquivo Municipal de Joinville (Joinville/SC);
- Instituto Fernando Henrique Cardoso – IFH (SP);
- Museu da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF (MG);
- 5 reservas técnicas particulares.

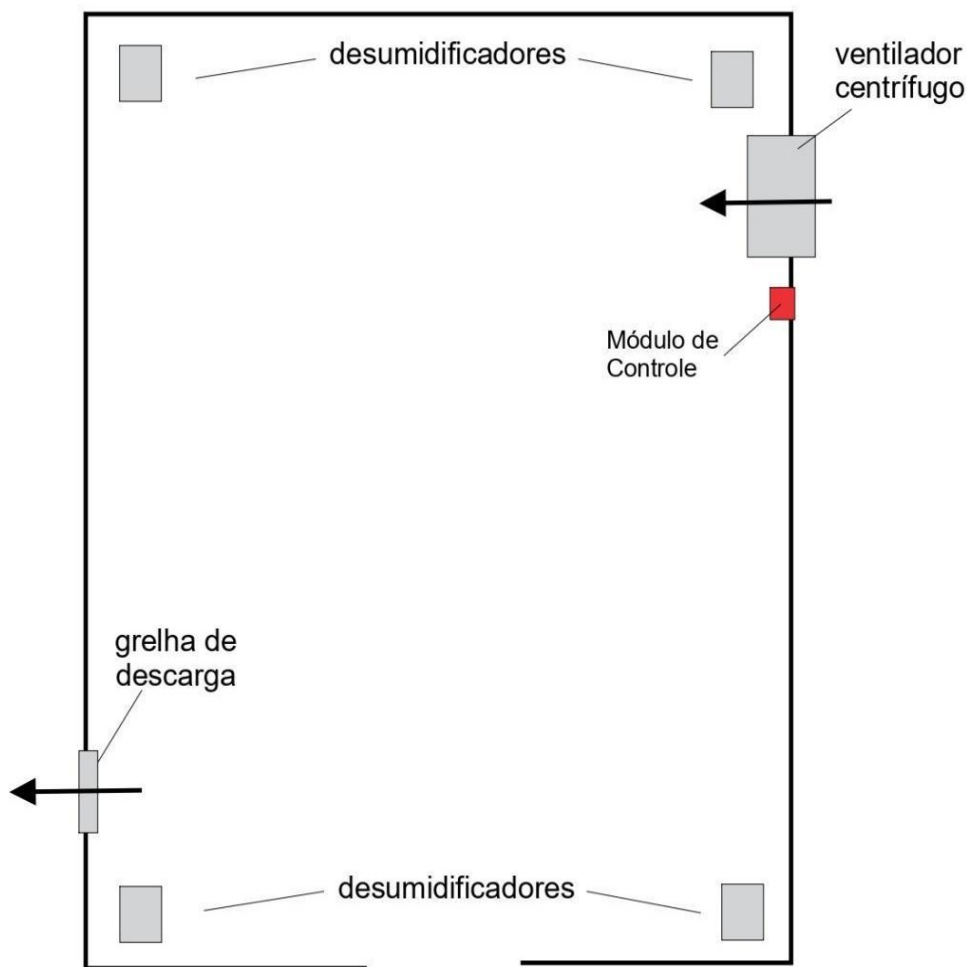
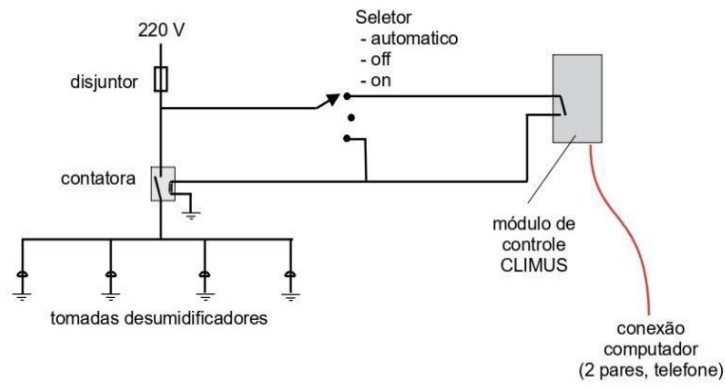
Os desenhos apresentados a seguir ajudam a visualizar como o Sistema CLIMUS funciona. Tanto a parte que controla os desumidificadores, como os equipamentos de insuflamento de ar, estão ligados ao computador que faz as leituras e encaminha comandos, por meio do CLIMUS CONTROL para que os equipamentos dentro dos ambientes de monitoramento possam ser ativados ou desativados conforme as informações ambientais coletadas interna e externamente. O dispositivo do sistema eletrônico comanda as 3 saídas de forma independente, atuando no ventilador, no *damper* – que são placas que serão abertas ou fechadas para possibilitar a entrada de ar externo quando for necessário – e na linha de energia onde os desumidificadores estão conectados, conforme esquema mostrado a seguir:

Figura 8 – Esquema de insuflamento de ar em ambientes monitorados



Fonte: Esquema elaborado e disponibilizado pelo professor Saulo Guths.

Figura 9 – Ilustração do sistema de desumidificadores



Fonte: Esquema elaborado e disponibilizado pelo professor Saulo Guths.

Segundo Saulo Guths o sistema de insuflamento tornou-se um benefício adicional a versão original do CLIMUS, sendo assim definido:

Esse sistema consiste no acionamento de um ventilador dotado de filtros, que insuflará ar externo para dentro dos ambientes somente quando as condições externas mostrarem-se favoráveis. Serão apresentados critérios para o acionamento, tendo como parâmetros o Índice de Permanência (IP), umidade relativa máxima, umidade absoluta e ainda critério de estabilidade das condições climáticas internas (GUTHS, s/d, p. 1).

Quanto às versões que o CLIMUS possuía até a sua instalação no Arquivo Público Mineiro, podemos enumerar três, sendo a primeira e a segunda versão com a utilização de cabos, e a terceira, ainda por cabos, mas com maior controle de monitoramento – devido a atualizações no *software* do sistema.

Composto por um sistema integrado de *hardware* e *software*, o CLIMUS passou por atualizações contínuas. Em termos de *hardware*, as mudanças são mais esparsas sendo que a grande atualização nesse quesito ocorreu há cerca de cinco anos com a implementação do sistema por rádio e não mais via cabo. Já em termos de *software*, as atualizações são constantes, tendo em vista que, ao estar conectado diretamente a microcomputadores que fazem as leituras dos dados, é necessário que o sistema também seja compatível com as máquinas utilizadas no monitoramento.

Em entrevista, Saulo Guths destacou que a maior dificuldade em relação ao uso do sistema não é no uso, nem na interpretação dos dados, ou na sua utilização na análise das condições dos acervos. A instalação é indicada como a principal barreira a ser transposta no primeiro momento, uma vez que os técnicos que instalam sistemas eletrônicos em instituições culturais, na maioria das vezes não estão habituados às suas especificidades, o que torna difícil o entendimento entre quem está instalando os mecanismos eletrônicos e quem está dando as coordenadas. Apesar disso, o sistema tem se mostrado de grande valia nos equipamentos culturais que optam pela sua instalação.

#### 4.3. A implantação do CLIMUS no APM

O final da década de 1990 foi um momento de expansão dos estudos referentes à área de preservação do patrimônio e seus acervos, como mencionado no capítulo anterior. Nesse período aconteceram vários cursos de formação e cresceu o interesse em pensar a preservação dos acervos antes de tudo.

Essas novas perspectivas sobre o monitoramento de acervos contribuíram para que parcerias institucionais se formassem. Uma das primeiras foi estabelecida entre o Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais (CECOR) e o Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC). Em visita realizada ao equipamento cultural catarinense para avaliar o estado de conservação do acervo, os professores Luiz Antônio Cruz Souza e Saulo Guths analisaram a possibilidade de implantação do CLIMUS. A parceria se consolidou e assim foram realizadas diversas atividades conjuntas em outras partes do Brasil.

A presença do Professor Luiz Souza em projetos de preservação era constante devido a já consolidada atuação do CECOR neste campo do conhecimento. Além disso, durante as primeiras investigações do Arquivo Público Mineiro para as melhorias necessárias nos ambientes de guarda dos seus acervos, Luiz Souza havia atuado como consultor contratado pela Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais e esteve colaborando em todo o percurso de implantação e aprimoramento do CLIMUS no APM. Quando a implantação do CLIMUS no APM foi realizada, a definição de aspectos técnicos, como a localização dos pontos e quantidade de sensores, foi feita sob sua coordenação e acompanhamento. Neste período de atuação de Souza junto ao APM como consultor, foi gerado um relatório que orientou as primeiras intervenções nos espaços de guarda. Este relatório indicou mudanças pontuais, mas que contribuíram de forma significativa, para a preservação dos suportes dos documentos que naquele momento encontravam-se bastante danificados. Infelizmente não foi encontrado em nossas pesquisas no APM um exemplar desse documento, restando-nos ter conhecimento sobre ele apenas por entrevista realizada com Pedro de Brito Soares.

Em reflexões sobre a requalificação e adequação das áreas de guarda do APM apresentadas por Pedro Brito e Luiz Souza no XII Congresso da ABRACOR, foi apresentado um breve levantamento dos diagnósticos solicitados pelo APM a especialistas da área de preservação, destacando-se os trabalhos realizados pela arquivista Ana Maria de Lima Brandão, pela conservadora Ingrid Beck, ambos em 1995, e pelo químico e conservador José Luiz Pedersoli Júnior em 1997.<sup>49</sup>

Nos diagnósticos apresentados e sintetizados no artigo de Soares, podemos depreender que cada um deles dá ênfase a uma área de atuação, mesmo que haja um problema geral em comum: comprometimento do estado de conservação do acervo.

---

<sup>49</sup> SOARES, Pedro de B; SOUZA, Luiz A C. 2006. [Consulta de artigo restrito]

Ana Maria de Lima Brandão, à época, funcionário do Arquivo Nacional, enfatiza a falta de espaço para o acervo, problemas na forma de armazenamento dos suportes e na padronização nessa guarda (SOARES, 2006). Problemas comuns observados por Ana Maria e Ingrid Beck dizem respeito à falta de um espaço próprio para o trabalho de conservação e restauração dos documentos, assim como problemas no tratamento de microfimes. Ingrid Beck, por sua vez, enfatiza os problemas quanto à estrutura do prédio e uso nos espaços o que acarreta também na má gestão e em uma forma ineficaz mensuração e ordenação dos documentos no espaço físico do Arquivo. Já Pedersolli Jr. dá maior atenção à estrutura física do prédio e os problemas pertinentes a infiltrações, sobrecarga nos andares e sistema de drenagem da água das chuvas (SOARES, 2006). A grande maioria desses problemas referentes à estrutura do prédio, como infiltrações e problemas de drenagem da água das chuvas o que acarreta um desdobramento de problemas, é resultado de um planejamento errôneo quando da construção do prédio anexo na década de 1970. Apesar de ter sido pensado para a guarda de arquivos, algumas de suas características são insuficientes, como é o caso do escoamento a água das chuvas no telhado para o meio do prédio – calha central – e não para as laterais do prédio.

A edificação de quatro pavimentos foi desenvolvida dentro dos parâmetros arquitetônicos da época, com estrutura de concreto armado, vãos livres e janelas distribuídas ao longo das fachadas. O prédio sofreu algumas intervenções desde a sua construção em 1970.<sup>50</sup> Podemos citar como a mais significativa – e em termos de intervenções a de maior envergadura – a obra que ocorreu em 1997, após a abertura e reabertura do edifício à cidade durante o Evento Casa Cor que ocorreu no ano de 1996. Para uma intervenção desse porte foram desenvolvidos projetos de restauração pelo IEPHA/MG que além do prédio anexo, previam obras também na casa sede, “[...] a valorização de seus elementos originais como forros, pinturas, pisos e elementos decorativos, a introdução de novos equipamentos e o retorno de funções retiradas como a reinstalação da administração e a reabertura do acesso ao público com ambientes dedicados aos usuários e consulentes.” (LUSTOSA, 2003, p. 5 [Consulta de documento restrito]).

Embora cada um lance o seu olhar sobre os problemas existentes na instituição o ponto de convergência é sempre o mesmo: os problemas de conservação causados pelas

---

<sup>50</sup> O projeto para a construção começa a ser feito em 1969, mas a obra completa é entregue em 1975.

más condições encontradas na estrutura do edifício o que, conseqüentemente, acarreta condições inadequadas nos espaços de guarda do acervo. A reforma em fins da década de 1990, promove várias melhorias e resolve alguns dos graves problemas apresentados até o momento para uma edificação que comporta arquivos. Essa intervenção também contribuirá para poucos anos depois o CLIMUS ser instalado em um ambiente mais adequado para a preservação de acervos documentais.

Para dar continuidade aos investimentos em ações de preservação de forma assertiva a instituição buscou complementar os pareceres anteriores e fazer uma avaliação completa e aprofundada do prédio e seus espaços de guarda. Foi contratado nesse momento o consultor, arquiteto e urbanista Antonio de Oliveira Mello Junior<sup>51</sup> para a realização de um diagnóstico completo da estrutura do prédio, mas que também contemplou a situação dos documentos. Em seu relatório (MELLO JR., 2000) conseguimos ter conhecimento do real estado das instalações do APM para a instalação do CLIMUS.

É importante destacarmos que nesse diagnóstico desenvolvido por Mello Jr. no ano de 2000, o autor faz uso de dois dos diagnósticos já apresentados até então, inserindo como referência os trabalhos de Ingrid Beck e Luiz Pedersolli Junior (MELLO JR., 2000). Podemos afirmar por meio dessa sequência de documentos – relatórios e diagnósticos – e pelas modificações ocorridas com os acervos e seus espaços guarda subsidiadas por esses documentos, que o Arquivo Público Mineiro se mostrou, nesse período e nos seguintes, sempre interessado em buscar informações fundamentadas, produzidas por pesquisadores respeitados em suas áreas de atuação para fornecer informações embasadas e estudos aprofundados para a tomada de decisão referente a preservação.

No relatório de Mello Jr. (2000) obtemos uma análise ampla de todo o prédio anexo e também o seu entorno; porque trata-se de um estudo bastante completo sobre a edificação e acervo, além dos elementos que influenciam ambos em termos de preservação. São abordados aspectos como o clima de Belo Horizonte, o tipo de coleção que abriga, os elementos externos ao prédio como a resposta do edifício ao entorno, o histórico de sua construção e possíveis manutenções, aspectos referentes ao

---

<sup>51</sup> São poucas as informações encontradas a respeito de Antonio de Oliveira Mello Junior. Além de sua formação acadêmica, sabe-se por meio de entrevista com Pedro de Brito que foi um profissional treinado pela Fundação Vitae em cursos de formação na área de preservação do patrimônio.

meio ambiente como luz e poluição, assim como infestações biológicas, aproveitamento de espaços e segurança e prevenção de sinistros.

Algumas das informações que encontramos no relatório e podemos destacar dizem respeito à disposição de cada pavimento, sendo que em cada um deles forma-se dois ambientes, *separados* pela caixa de circulação vertical entre eles. Segundo Mello Jr. foram considerados três elementos básicos, quanto aos condicionantes do movimento de ar no interior do prédio anexo. Essa análise se fez necessária para poder avaliar onde seriam instalados os sensores do CLIMUS. Diante disso o arquiteto descreve que vai avaliar a circulação vertical, cada um dos ambientes – tendo em vista as posições relativas à circulação vertical e aos demais andares – e, além disso, a orientação, disposição e área das aberturas nesses ambientes (MELLO JR, 2000).

Essa análise realizada por Mello Jr. será utilizada para propor ações posteriores para a melhoria das condições no prédio anexo, assim como instalação de sensores que fariam o monitoramento constante dos ambientes. Conforme compreendemos no item 7 e 8 do documento o arquiteto expressa em suas conclusões a proposta de análise e encaminhamentos futuros:

#### 7. Continuidade

A continuidade do projeto se dará através da requalificação dos espaços do edifício anexo e aplicação das soluções para minimizar o impacto da temperatura e umidade relativa no acervo, resultados que terão sua permanência e sustentação garantidas na política de conservação preventiva já adotada pela instituição.

#### 8. Avaliação

O projeto prevê, ao longo da sua execução, a análise e avaliação dos dados coletados nas suas diversas etapas, bem como a avaliação das soluções propostas através de monitoramento posterior à implementação dessas soluções, como controle das condições de temperatura e umidade relativa alcançadas (MELLO JR, 2000, p.13).

Ou seja, o relatório de Mello Jr. tinha como objetivo primeiro fazer um levantamento completo da situação do edifício anexo e seu entorno, mas não estava propondo modificações para imediatamente após a sua conclusão e sim, um primeiro estudo das condições daquele prédio para então haver propostas de mudanças e melhorias. Em especial o relatório analisa o perfil de ventilação e umidade em cada andar e cada sala buscando a avaliação do potencial de problemas de cada um dos ambientes. É nesse momento que o CLIMUS entra, sendo o sistema escolhido para colocar em prática o que havia sido constatado no relatório de Mello Jr.

O CLIMUS chega ao APM após a realização de todos esses estudos. Para entendermos como ele foi sendo apropriado como sistema exclusivo de monitoramento

e controle climático dos acervos da instituição também recorremos a informações obtidas por meio de entrevistas realizadas com o professor Saulo Guths e com o conservador Pedro de Brito Soares. Segundo eles, o primeiro contato entre ambos se deu por uma pessoa em comum. Na época, meados da década de 1990, Soares queria instalar *data loggers* no APM para poder realizar a medição dos dados de T e UR nos espaços de guarda de forma mais prática e assim poder trabalhar na proposição de melhorias baseadas em dados específicos obtidos com essas medições digitais. No entanto, naquele período ainda não havia produção nacional desses aparelhos e a intenção de Soares era importar *data loggers* britânicos. Durante um curso realizado em Curitiba (PR), Soares mencionou essa ideia e a necessidade da compra dos equipamentos à colega de curso Adriana Lucia Cox Hollós, que atuava no Arquivo Nacional. Adriana Hollós indicou, então, que procurasse o professor Saulo Guths da UFSC para conhecer o sistema CLIMUS e implantá-lo no APM. A partir de então os dois iniciam uma parceria em projetos que dura até hoje. Foi a partir dessa oportunidade e do contato em comum, que Pedro Soares e Saulo Guths iniciaram o projeto para a instalação da primeira versão do Sistema de Gerenciamento Térmico CLIMUS no Arquivo Público Mineiro que ocorreu em 2002.

Antes da instalação do CLIMUS, o APM possuiu um primeiro modelo de monitoramento de seus dados que consistia em *logbox*, um equipamento semelhante a um *data logger*, porém mais simples, que ficavam espalhadas pelo ambiente a ser monitorado. Essas caixinhas tinham um sistema de captura de dados que exigia que as informações fossem descarregadas manualmente em um computador e só então, com a geração de gráficos a partir de um *software* fornecido pelo fabricante, a observação e análise dos dados poderia ser feita. Esse processo acarretava muitas vezes em erros, pois era necessário reprogramar as caixas para um novo período de captura de dados. Caso algo desse errado nessa reprogramação, perdia-se uma semana ou mais de dados, dependendo do período em que a *logbox* ficou programada.

Foi a partir de 2002, então, que a forma de monitoramento climático nas áreas de guarda de acervo no Arquivo Público Mineiro ganhou outro modelo de atuação. Desde a primeira versão do Sistema CLIMUS no APM, a Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro (ACAPM) foi a responsável pela captação de recursos e gestão financeira do projeto. A partir do relatório de Mello Jr., e com o projeto de instalação, o CLIMUS foi implementado no APM em 2002, fazendo uso de:

- 8 sensores de temperatura do ar;
- 8 sensores de umidade relativa do ar;
- 4 sensores de temperatura superficial;
- 2 sensores de radiação térmica orientada;
- 4 sensores de segurança para os módulos de reaquecimento;
- 1 *software* de controle da umidade por reaquecimento na área de guarda de material sensível;
- 1 *software* de controle do insuflamento;
- Adição de 44 canais de entrada para leitura dos novos sensores;
- Adição de 4 canais de saída para controle do reaquecimento;
- Adição de 4 canais de saída para controle do sistema de insuflamento;
- Implementação de 4 módulos tiristorizados para acionamento do sistema de insuflamento;
- Implementação de 4 módulos tiristorizados para acionamento do sistema de reaquecimento;
- Calibração dos sensores de temperatura e umidade existentes;
- Integração do Sistema CLIMUS com o sistema de alarme;
- 4 ventiladores centrífugos com filtro tipo G1;
- 4 sistemas de reaquecimento por resistência aletada de baixa densidade de potência;

Entre os anos de 2002 a 2004 o Sistema CLIMUS funcionou de forma satisfatória realizando o monitoramento de 19 ambientes no APM. Pedro de Brito, mencionou, em entrevista, que o CLIMUS foi pensado para ser um investimento a longo prazo para a instituição, uma vez que a intenção era manter sua atualização e manutenção constantes. Outro objetivo com a implantação do sistema era obter dados para justificar melhorias futuras às áreas do anexo. Esse intuito foi parcialmente obtido nos anos de 2004 a 2007, quando o anexo passa por uma grande reforma. As melhorias conquistadas para o espaço estavam diretamente ligadas à possibilidade de fundamentar sua argumentação com dados obtidos pelo CLIMUS, para manter a preservação do acervo.

No entanto, a reforma não foi realizada por completo. Além das mudanças na estrutura física, a administração tinha a intenção de realizar um *up grade* no sistema de gerenciamento térmico. O projeto estava pronto, porém as melhorias não foram realizadas por completo por impedimentos políticos. Segundo Pedro de Brito, por duas vezes o APM tentou concluir o projeto no anexo, mas não conseguiram o investimento financeiro necessário. Estava à frente do governo do Estado naquele momento Antonio Augusto Junho Anastasia. O governador realizou naquele ano mudanças na lei estadual

de incentivo à cultura, o que inviabilizou a continuidade dos trâmites para a aprovação dos recursos.

Atualmente o Arquivo Público Mineiro mantém o monitoramento das suas salas de reserva técnica. Infelizmente o Sistema passou por alguns problemas de instabilidade e manteve-se com lacunas no registro das informações do ano de 2015 até o início de 2020, quando Saulo Guths esteve novamente na instituição para reparos. É importante salientarmos que em termos de manutenção, nem sempre é simples para uma instituição propiciar a visita de técnicos para aferição de equipamentos com a regularidade que desejariam. As contratações de serviços na esfera pública são extremamente burocráticas, o que acaba tornando o procedimento moroso. Muitas vezes os processos tornam-se “obsoletos” antes mesmo da instituição conseguir que o serviço seja prestado. As parcerias, nesse momento, se fazem de grande importância, pois possibilitam que ações simples possam ser realizadas sem passar por essa burocracia.

Podemos verificar, mesmo com as intempéries pelas quais os equipamentos culturais como o APM passam, que sistemas de gerenciamento térmico como o CLIMUS são muito importantes para as atividades de preservação pensadas e colocadas em prática pelo Arquivo. Poder ter o controle dos ambientes onde estão localizados os mais importantes documentos para a história do Estado de Minas Gerais, é o primeiro passo para a permanência desses suportes. De 2002 até o momento presente, salvo o intervalo de tempo acima mencionado, o APM pôde ter conhecimento dos seus pontos fortes e fracos em termos de estrutura e trabalhar em sua melhoria. Além disso, compreender a dinâmica climática dos seus espaços de guarda possibilita aprovar ou não a saída do acervo desses ambientes e como eles irão se comportar nessa possibilidade.

Do ponto de vista de nossa pesquisa, no entanto, a perda de informações tornou a análise deficitária, não somente as lacunas existentes depois da instalação do CLIMUS, mas também a falta de registros sequenciais antes da sua instalação. Tendo em vista que a comparação dos dados antes e depois da implementação do sistema seria fundamental para a compreendermos de forma completa os benefícios trazidos pela implantação do CLIMUS, infelizmente nos deparamos com a falta de registros anteriores ao ano de 2002. Durante nosso levantamento de fontes encontramos cartas de medição, realizadas por meio de termo-higrômetros, mas as medições estavam incompletas – apresentavam falhas nos registros do período de medição –, assim como

a sequência de semanas/meses de medição dos ambientes de guarda estava incompleta. Em decorrência da falta dessas fontes, obtivemos para análise propriamente dita os registros do sistema CLIMUS, que apesar da lacuna a partir de 2015, nos forneceu dados mais completos.

Ainda que não possamos nos debruçar extensivamente sobre os dados coletados, compreender os suportes de uma instituição e o ambiente em que estão inseridos torna as decisões para a manutenção e melhorias no acervo mais assertiva e fundamentada em situações que pedem, alterações na realidade existente ou ainda pensado em mudanças para benefícios futuros no que diz respeito aos itens do acervo de uma instituição, que seja, o deslocamento de coleções documentais de uma reserva técnica do APM para outro espaço dentro da própria instituição buscando a sua salvaguarda é um exemplo. O Arquivo Público Mineiro conta hoje com essa possibilidade, o que faz o Sistema CLIMUS ser uma aquisição positiva para sua rotina de atividades na área de preservação.

## CONCLUSÃO

Desde o primeiro documento guardado ainda na cidade de Ouro Preto, podemos afirmar que a preocupação pela preservação dos acervos documentais pertencentes ao Arquivo Público Mineiro teve simbolicamente registrado o DNA do que entendemos hoje por guarda da memória e História. Lembramos, porém, que quando nos referimos aqui à ideia de custódia de suportes físicos que irão balizar a construção da memória e História, mencionamos aquela que é selecionada e concebida a partir do olhar de um indivíduo, neste caso, seu primeiro diretor e mentor José Pedro Xavier da Veiga.

Vimos já no primeiro capítulo que, pelas mãos de Xavier da Veiga, realizaram-se as primeiras ações de conservação preventiva, como poderia ser entendida naquele momento. As práticas executadas eram a limpeza, a vistoria dos locais de guarda da documentação para averiguar a existência de insetos xilófagos e o controle dos itens sob a responsabilidade da instituição, por meio de índices de controle. Práticas simples, mas que demonstravam um mínimo de cuidado com o acervo que se formava.

Com o passar do tempo, e como pudemos apresentar neste trabalho, mudanças significativas ocorreram tanto nas ações internas do Arquivo, como nos conceitos e métodos desenvolvidos por pesquisadores e difundidos pelos organismos internacionais ligados à preservação do patrimônio cultural. Em pouco mais de um século, em âmbito mundial e, conseqüentemente, nacional, novos paradigmas para as práticas de preservação foram criados. Em primeiro lugar, citamos a prerrogativa da prevenção sobre a intervenção de restauração. Em segundo, no tocante à avaliação do impacto do clima sobre os processos de degradação, a validação dos parâmetros climáticos locais e o histórico de cada acervo, para além das suas especificidades materiais.

Realizamos um breve histórico das mudanças ocorridas no campo da preservação. Fomos do macro para compreender o micro, ou seja, partimos de leituras como Castro (2012) que nos apresentaram o percurso histórico de teorias e ações profissionais que fundamentaram a ideia de preservação. Seguimos com Thomson (1986) e Michalski (1993) que problematizam o controle climático construindo uma análise sobre a mudança provocada nos suportes a partir de alterações das variáveis ambientais. No decorrer desse percurso compreendemos então a mudança de paradigma, presente até os dias atuais, que afirma ser melhor conservar para não ter que restaurar. Guichen (1988) define essa nova forma de compreender e atuar no campo

da preservação, analisando cada vez mais aspectos particulares a cada instituição e não mais a uma realidade global. Nesse caminho, percebemos que as ações no micro, como retrato da realidade concreta, constituem o objeto para reflexões e novas análises, revelando as complexidades e diversidades que se apresentam nas demandas diárias. Se pudermos usar de licença poética, poderíamos tentar imaginar uma onda onde há um epicentro de ação, um ponto zero, que se afasta até que as áreas mais periféricas sejam alcançadas.

Nesse percurso também pudemos observar que nem sempre a mesma velocidade empregada na construção de novos conceitos, métodos e orientações é alcançada quando falamos da mudança de cultura nas políticas e ações práticas das instituições. Como apresentamos no segundo capítulo, por mais que os pesquisadores da área tivessem chegado a uma nova perspectiva quando as diferentes realidades que o controle climático abarca, algum tempo de adaptação foi necessário para que essa nova forma de analisar o contexto de uma instituição e sua forma de realizar a preservação de seu acervo fosse, de fato, incorporados as práticas e discursos dos seus responsáveis. Essa “onda” de novas perspectivas acontece em tempos diferentes quando falamos em teoria e prática, o que podemos afirmar ser algo comum nas mais variadas áreas.

Também foi observado ao longo da pesquisa que nem sempre a implantação de novos protocolos deixa de ser realizada por falta de interesse da instituição e de seu corpo técnico. Não é novidade para aqueles que lidam com equipamentos culturais que a falta de recursos financeiros é uma grande barreira a ser transposta diariamente quando falamos em investimentos e melhorias. Por mais que haja boa vontade daqueles que estão na luta diária de instituições culturais como o APM, para poder garantir condições mínimas de conservação para seus acervos muitas vezes é difícil manter etapas consecutivas ao longo de anos de projetos essenciais como o do CLIMUS, uma vez que essa continuidade, na maioria das vezes, não é considerada pelos gestores do alto escalão da administração pública. Levando-se em consideração o fato das ações institucionais que trabalham para a preservação de seus acervos serem desenvolvidas pontualmente e de forma descontinuada, muitas vezes, sem um orçamento mais adequado às necessidades dos equipamentos culturais, torna-se ainda mais complexo a garantia do interesse por parte dos responsáveis pela gestão financeira dos Estados no tocante a investimentos que necessitam, obrigatoriamente de revisões e manutenção em etapas.

Por esse motivo, ao longo do terceiro capítulo analisamos o Sistema CLIMUS como uma alternativa a outros sistemas de gerenciamento e condicionamento de ar dado que ele foi desenvolvido para sanar o problema dos altos custos de implantação e manutenção. Sua criação é o desdobramento das novas perspectivas da área preservação no início da década de 1990, mas também do desejo de proporcionar um sistema acessível à realidade das instituições culturais brasileiras. Com um valor baixo de instalação e manutenção, trazendo benefícios em curto, médio e longo prazo e ainda sendo projetado para atender uma demanda focada em coleções e não em conforto humano, o CLIMUS se mostrou um ótimo recurso para que a preservação de acervos seja uma realidade mais tangível. Alicerçado em estudos nacionais e internacionais na área de patrimônio e projetado para um objetivo específico, o CLIMUS trouxe melhorias para o campo da preservação com a seu monitoramento dos índices de T e UR sendo analisados conforme o IP de cada acervo acompanhado. Os dados obtidos com esse levantamento subsidiam decisões importantes e dão um perfil da *saúde* das reservas técnicas.

Assim como outras instituições, espalhadas pelo Brasil inteiro, que foram beneficiadas por esse sistema de gerenciamento térmico, o APM pôde, desde 2002, com pequeno intervalo de tempo, estar atento aos seus pontos fortes e fracos em termos de estabilização climática. No entanto, apesar do funcionamento do sistema CLIMUS na instituição, encontramos dificuldades em ter acesso à guarda das informações geradas pelo sistema. As lacunas dessas informações prejudicaram a análise dos dados e conseqüentemente as respostas que desejávamos obter conclusão deste trabalho.

O problema enfrentado durante a pesquisa e que prejudicou a conclusão dos objetivos propostos é relativo à coleta e organização dos dados de T e UR obtidos ao longo dos anos com os diversos mecanismos de monitoramento climático utilizados no APM. Como mencionado, antes da implantação do CLIMUS foram usados equipamentos móveis para medição destas informações, porém os dados coletados em ambos os sistemas não estão arquivados em uma série linear de registros que possibilite uma análise mais aprofundada quanto aos benefícios atingidos após a implantação do CLIMUS no APM. Também houve a dificuldade na localização e acesso aos projetos que subsidiaram a implantação do CLIMUS, como aqueles propostos pela ACAPM para financiamento.

Ao apresentar essas dificuldades não estamos querendo desmerecer o empenho das pessoas que trabalham atualmente no APM, nem tão pouco, àquelas que já

dedicaram a sua vida profissional às atividades na instituição, pelo contrário. Apresentar uma realidade que se mantém firme e ativa em meio a dificuldades pelas quais o APM passou e passa até hoje é uma forma de dizer o quanto a entrega e esforço desses técnicos é essencial para a mais antiga instituição de memória do Estado se manter de portas abertas ao público. Trazer essa análise, a nosso ver, se faz necessário, pois nenhum sistema de gerenciamento de documentos ou qualquer outro criado para o fim de realizar a recuperação da informação, trabalha sozinho. É imprescindível que para seu funcionamento alcançar o objetivo, seus dados sejam mantidos organizados e acessíveis para análise. Para um sistema como CLIMUS que gera dados este seria um de seus maiores requisitos, recuperar também a informação gerada, tendo em vista que essa informação existe em função de uma demanda, no caso do CLIMUS, controle climático. Portanto, pensar a organização dessas informações é uma demanda muito importante quando pensamos na utilização delas em virtude de tomada de decisões. A instituição deve estar sempre atenta à prática de *backups* ou na obtenção de mecanismos que mantenham seus documentos, sendo eles físicos ou digitais, acessíveis tanto para os usuários internos como também para o público externo.

Mesmo que haja sistemas ou banco de dados que mantenham as informações do acervo da instituição aptas à pesquisa, este sistema foi alimentado por algum profissional dedicado a essa tarefa. Da mesma forma que as informações são organizadas em plataformas digitais, o mesmo deveria acontecer com acervos físicos. A organização física, na verdade, deveria vir antes de qualquer disponibilização ao público consulente. O que acontece, no entanto, é que normalmente quando uma instituição lança um sistema para dar acesso público ao seu acervo, ou parte dele, uma equipe externa é contratada. Além da dificuldade, por vezes encontrada, de alinhar as necessidades da instituição com o modo de trabalho dessas equipes, a falta de continuidade desse tipo de projeto também é uma realidade que prejudica o acesso do público. Bancos de dados desatualizados ou plataformas com falhas de acesso depois de decorrido algum tempo, são os problemas mais constantes que vemos em equipamentos culturais.

Na realidade que analisamos, as dificuldades de manutenção de uma instituição como o APM podem ser observadas tanto do ponto de vista estrutural – falta de manutenções constantes – como administrativo – falta de técnicos. Essas dificuldades, que são de ordem política e estão acima das possibilidades de ação dos profissionais de se dedicam imensamente ao APM, acabam gerando lacunas, como as já observadas.

Apesar de trabalharmos com dados faltantes para uma análise mais aprofundada a respeito do uso do sistema de gerenciamento térmico CLIMUS no Arquivo Público Mineiro, apesar de às vezes as informações parecerem desencontradas e revelarem uma dinâmica complexa no que diz respeito aos processos no dia a dia de uma instituição para fazer um sistema como o CLIMUS ser implantado e funcionar, entendemos que esta dissertação contribuiu para que pudéssemos ter um entendimento mais linear dos passos dados pelo APM na busca e implementação de uma ferramenta que auxiliasse em suas tomadas de decisão quanto a preservação de seu acervo, assim como, no funcionamento dessa ferramenta e seus benefícios. Entendemos que a pesquisa a respeito do funcionamento e dos resultados do CLIMUS está em contínuo aperfeiçoamento, tendo em vista também o perfil de constante aprimoramento que o sistema possui. Compreendemos que à medida que os arquivos do APM se tornarem mais acessíveis ao público, no que tange a sua organização, outras perguntas surgirão. Desejamos que outros questionamentos possam surgir com os primeiros passos dados por meio deste trabalho, questionamentos esses relacionados ao uso do Sistema CLIMUS em diferentes ambientes de guarda do APM, quanto a análise de um perfil dos ambientes de guarda alcançados por meio da análise dos dados coletados pelo CLIMUS – e conseqüentemente a solução de problemas que possam estar associados ao armazenamento do acervo nesses ambientes – ou ainda, ao histórico de monitoramento obtido com o uso do CLIMUS na instituição. Todos esses pontos podem vir a ser desenvolvidos em pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS

### A – Entrevistas

ALKIMIM, Marcia. Marcia Alkimim: inédito. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 11 jul. 2019. 18min. Entrevista concedida a Bruna Michels.

GUTHS, Saulo. Saulo Guths: inédito. O Laboratório de Meios Porosos e Propriedades Termofísicas – UFSC, 1 abr. 2019. 1h21min. Entrevista concedida a Bruna Michels.

SOARES, Pedro de B. Pedro de B. Soares: inédito. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 17 dez. 2018. 56min. Entrevista concedida a Bruna Michels.

### B – Fontes documentais

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Inventário do fundo Secretaria do Interior: 1891-1957. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, Diretoria de Arquivos Permanentes, 2010. 810 p. Disponível em:

[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos\\_colecoes/SI/INVENTARIO\\_D\\_O\\_FUNDO\\_SECRETARIA\\_DO\\_INTERIOR.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos_colecoes/SI/INVENTARIO_D_O_FUNDO_SECRETARIA_DO_INTERIOR.pdf). Acesso em: 30 jan. 2020.

CAMPOLINA, Alda Maria Palhares. **Dossiê do Arquivo Público Mineiro**. 2001.

LUSTOSA, Denise Cavalcanti. **Trabalho acadêmico apresentado para a disciplina Métodos de pesquisa em arte**, 2003. [Consulta de documento restrito].

MELLO JR., Antonio. **Diagnóstico para intervenção no prédio anexo APM**, 2000.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 860 de 19 de setembro de 1985**. Promulga o regulamento do Arquivo Público Mineiro.

MINAS GERAIS. **Lei nº 126, de 11 de julho de 1985**. Cria na cidade de Ouro Preto uma repartição denominada “Arquivo Público Mineiro”.

SOARES, Pedro de B; SOUZA, Luiz A C. **Requalificação e Adequação das Áreas de Guarda do Arquivo Público Mineiro – Uma proposta de conservação preventiva**. XII Congresso da ABRACOR, 2006. [Consulta de artigo restrito].

### C – Livros, artigos, teses e dissertações

ALARCÃO, Catarina. Prevenir para preservar o património museológico. **Museal – Revista do Museu Municipal de Faro**, n. 2, p. 8-34, 2007. Disponível em: <http://www.museumachadocastro.gov.pt/Data/Documents/Prevenir%20para%20preservar%20o%20patrimonio%20museol%C3%B3gico.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020.

ASSIS, Eleonora Sad de *et al.* A influência do clima na conservação preventiva de acervos e o papel dos edifícios que abrigam coleções. *In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL*, 3, 2019, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Even3 Publicações, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/IIISimposioICOMOSBrasil/149267-A-INFLUENCIA-DO-CLIMA-NA-CONSERVACAO-PREVENTIVA-DE-ACERVOS-E-O-PAPEL-DOS-EDIFICIOS-QUE-ABRIGAM-COLECOES>. Acesso em: 16 maio 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVADORES – RESTAURADORES DE BENS CULTURAIS (ABRACOR). Conservação e comunidade. *In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVADORES – RESTAURADORES DE BENS CULTURAIS*, 9., 1998, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador, Bahia: Associação Brasileira de Conservadores – Restauradores de Bens Culturais, 1998. 331 p.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 82-85, 1987. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=7989>. Acesso em: 25 maio 2020.

BASTARDS, Jean. **O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para a preservação de arquivos no IPHAN**. 2012. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dissertacao\\_Jean\\_Bastardis.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dissertacao_Jean_Bastardis.pdf). Acesso em: 16 maio 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. **Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Câmara Técnica de Preservação de Documentos. **Análise do Papel Reciclado Fabricado no Brasil para Produção de Documentos Arquivísticos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

BRASIL. **Guia de preservação do patrimônio cultural da Câmara dos Deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 71 p.

CARVALHO, Silmara Küster de Paula. **Conservação preventiva: análise de condições ambientais em espaços museológicos por meio de um método de previsão**. 2005. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19852/1/2005\\_SilmaraKustPaulaCarvalho.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19852/1/2005_SilmaraKustPaulaCarvalho.pdf). Acesso em: 02 jun. 2020.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Revista Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1093-1112, set./ out. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v48n5/02.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

CORRÊA, Maria Cláudia Lorenzetti. **Avaliação dos parâmetros de controle ambiental em museus: um estudo de caso sobre o uso de insuflamento de ar na reserva técnica do Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral**. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/85521/197248.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 maio 2020.

DRUMOND, Maria Cecília de Paula; ALMADA, Márcia. Practical climate control at the Museu Mineiro, Belo Horizonte, Brazil: a cheap and simple solution. *In: REUNIÃO TRIENAL DO COMITÊ DE CONSERVAÇÃO DO ICOM (CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS)*, 12., 1999, Lyon, França. **Anais...**

Lyon: James and James, 1999. v.1, p. 42-45. Disponível em: <https://www.icom-cc-publications-online.org/publicationDetail.aspx?cid=1f74aba1-9a98-41f4-8110-472aa9badb81>. Acesso em: 14 jun. 2020.

ELIAS, Isis Baldini. **Conservação e restauro de obras com valor de contemporaneidade: a arte postal da XVI Bienal de São Paulo**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Arte, São Paulo 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-14032014-164411/publico/IsisBaldiniElias.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

ERHARDT, D.; MECKLENBURG, M. Relative Humidity Re-Examined. *In*: ROY, A., SMITH, P. (Eds.). *Preventive Conservation: Practice, Theory and Research. Preprints of the Contributions to the Ottawa Congress*, Londres, IIC, p. 12-16, set. 1994. Disponível em: <https://repository.si.edu/handle/10088/35952>. Acesso em: 14 jun. 2020.

FAGUNDES, Bruno F. Lontra. **As Efemérides Mineiras, de José Pedro Xavier da Veiga: as estórias a favor da história**. 2001. Dissertação (Mestrado em Estudo Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. rev. ampli. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 2005. 295 p.

FRONER, Yacy-Ara; ROSADO, Alessandra. **Princípios históricos e filosóficos da Conservação Preventiva**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, Laboratório de Ciência da Conservação, 2008. 24 p. (Tópicos em conservação preventiva – caderno 2).

GONÇALVES, Willi de Barros. **Métricas de preservação e simulações computacionais como ferramentas diagnósticas para a conservação preventiva de coleções: estudo de caso no sítio patrimônio mundial de Congonhas – MG**. 2013. Tese (Doutorado em Artes) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/JSSS-9GRH79>. Acesso em: 16 maio 2020.

GUICHEN, Gaël de. La conservation préventive un changement profond de mentalité. *In*: INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **Cahiers d'étude: Comité de Conservation (ICOM-CC)**. Bruxelas (Bélgica): Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica), 1995. p. 4-6. Disponível em: [http://archives.icom.museum/study\\_series\\_pdf/1\\_ICOM-CC.pdf](http://archives.icom.museum/study_series_pdf/1_ICOM-CC.pdf). Acesso em: 3 jun. 2020.

GUICHEN, Gaël de. Preventive Conservation: a Mere Fad or Far-Reaching Change? **Museum International**, UNESCO, Paris, v. 51, n. 201, p. 4-6, jan. 1999.

GÜTHS, Saulo. Monitoramento e controle térmico para preservação de acervos. **Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**, Indaiatuba (SP), v. 3, n. 3, p. 61-70, jul. 2004. Disponível em: [https://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/registro\\_3.pdf](https://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/registro_3.pdf). Acesso em: 16 maio 2020.

GÜTHS, Saulo; CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues de. Conservação preventiva: ambientes próprios para coleções. *In*: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha

dos; ROCHA, Cláudia Regina Alves da (Orgs.). **MAST Colloquio: conservação de acervos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), 2007. p. 25-43. Disponível em: [http://site.mast.br/hotsite\\_mast\\_colloquia/pdf/mast\\_colloquia\\_9.pdf](http://site.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_9.pdf). Acesso em: 16 maio 2020.

GÜTHS, S.; KUSTER, S.; LORENZETTI, M. C.; SOUZA, L. A. C. **Monitoring System and Air Supply System to Preservation of Collections**. Anais do XI Congresso ABRACOR, Rio de Janeiro, 2002.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). Terminology to Characterize the Conservation of Tangible Cultural Heritage. Disponível em: <http://www.icom-cc.org/242/about/terminology-for-conservation/#.XpJ-zchKhdh>. Acesso em: 7 abr. 2020.

LAMBERTS, R.; DUTRA, L.; PEREIRA, F.O.R. **Eficiência Energética na Arquitetura**. [S.l.]: PW Editores, 1997.

MACHADO, Gina Gueiman Gomes. A cooperação entre The Getty Conservation Institute e Vitae: apoio à cultura, educação e promoção social, para a preservação de bens culturais no Brasil. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 39, p. 384-398, 2007. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=Anais%20do%20Museu%20Historico%20Nacional&pesq=MAEKAWA,%20Shin>. Acesso em: 25 maio 2020.

MAEKAWA, S. Estratégias Alternativas de Controle Climático para instituições culturais em regiões quente e úmidas. *In*: BITTENCOURT, J. N.; GRANATO, M.; BENCHETRIT, S. (Eds.). **Museus, ciência e tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2007.

MEDEIROS, Bruno Franco. José Pedro Xavier da Veiga e o projeto de uma identidade histórica no Arquivo Público Mineiro. *In*: COLÓQUIO INTELLECTUAIS, CULTURA E POLÍTICA NO MUNDO IBERO-AMERICANO, 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Colóquio Intelectuais, Cultura e Política no Mundo Ibero-americano, Intellectus (UERJ, online), ano 5, v. 2, p. 1-13, 2006. Disponível em: <http://www.intellectus.uerj.br/coloquio/BrunoMedeiros.pdf>. Acesso em 16 de nov. 2019.

MEDEIROS, Bruno Franco; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. A história de Minas como história do Brasil. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 43, n. 1, p. 22-37, jan./ jun. 2007. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/A\\_historia\\_de\\_Minas\\_como\\_historia\\_do\\_Brasil.PDF](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/A_historia_de_Minas_como_historia_do_Brasil.PDF). Acesso em: 20 dez. 2019.

MICHALSKI, S. Los niveles ABC para la evaluación de riesgos en las colecciones museísticas e información para interpretar los riesgos derivados de una incorrecta Humedad Relativa y Temperatura. Madrid: Canadian Conservation Institute, 2009. 13 p. Disponível em: [http://ge-iic.com/files/grupoconservacionpre/Michalski\\_Madrid.pdf](http://ge-iic.com/files/grupoconservacionpre/Michalski_Madrid.pdf). Acesso em: 8 de mar. 2020.

MICHALSKI, Stefan. A relative Humidity Control Module. **Museum**, Paris, n. 146, v. 37, n. 2, p. 85-88, jan./ dez. 1985.

MICHALSKI, Stefan. Relative Humidity: a Discussion of Correct/Incorrect Values. *In: REUNIÃO TRIENAL DO COMITÊ DE CONSERVAÇÃO DO ICOM (CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS)*, 10., 1993, Washington, Estados Unidos. **Anais...** [s.l.]: s.n., 1993. p. 624-629.

PADFIELD, Tim; JENSEN, Poul. Low Energy Climate Control in Museum Stores. *In: REUNIÃO TRIENAL DO COMITÊ DE CONSERVAÇÃO DO ICOM (CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS)*, 11, 1996, Edimburgo, Reino Unido. **Anais...** Londres: James and James (Science Publishers), 1996. p. 596-601.

PARRELA, Ivana D. **Entre arquivos, bibliotecas e museus: a construção do patrimônio documental para uma escrita da história da pátria mineira (1895-1937)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/JSSS-9GRH79>. Acesso em: 16 maio 2020.

PARRELA, Ivana Denise. A lógica e o labirinto. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 43, n. 1, p. 92-105, jan./ jun. 2007. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/A\\_logica\\_e\\_o\\_labirinto.PDF](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/A_logica_e_o_labirinto.PDF). Acesso em: 16 maio 2020.

PAULA, João Antônio. História revista e passado a limpo. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 43, n. 1, p. 52-73, jan./ jun. 2007. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/Historia\\_revista\\_e\\_passada\\_a\\_limpo.PDF](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/Historia_revista_e_passada_a_limpo.PDF). Acesso em: 16 maio 2020.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; GRANATO, Marcus. Para pensar a interdisciplinaridade na preservação: algumas questões preliminares. *In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (Org.). Preservação documental: uma mensagem para o futuro*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 23-39. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/399/1/PINHEIROPreservacao2012.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

REILLY, James M.; NISHIMURA, Douglas W.; ZINN, Edward. **Novas ferramentas para a preservação: avaliando os efeitos ambientais a longo prazo sobre coleções de bibliotecas e arquivos**. Tradução de José Luiz Pedersoli Jr. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, Arquivo Nacional, 2001. 44 p. Disponível em: <http://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/08/19.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017.

SANTOS, Christiane Sofhia Godinho. **Histórico e avaliação crítica do sistema de climatização da reserva técnica Curt Nimuendajú no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/EBAP-B4ZRU2/1/christiane\\_santos\\_\\_\\_disserta\\_\\_\\_o.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/EBAP-B4ZRU2/1/christiane_santos___disserta___o.pdf). Acesso em: 16 maio 2020.

SILVA, Marisa Ribeiro. **História, memória e poder: Xavier da Veiga, o arconte do arquivo público mineiro**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VCSA-6XTH8Q/1/dissertar\\_\\_\\_o\\_marisa.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VCSA-6XTH8Q/1/dissertar___o_marisa.pdf). Acesso em: 16 maio 2020.

SOARES, Pedro Brito; Gonçalves, Willi de Barros. Requalificação e adequação das áreas de guarda do Arquivo Público Mineiro: uma proposta de conservação preventiva. In: ROSADO, Alessandra; GONÇALVES, Willi de Barros (Orgs.). **Ciência do patrimônio: horizontes transdisciplinares**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2015. p. 317-330.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz. **Conservação preventiva: controle ambiental**. Belo Horizonte: Laboratório de Ciência da Conservação, Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. 23 p. (Tópicos em conservação preventiva; 5). Disponível em: <<http://www.lacicor.org/demu/pdf/caderno5.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz; FRONER, Yacy-Ara (Orgs.). **Roteiro de avaliação e diagnóstico de conservação preventiva**. Belo Horizonte: Laboratório de Ciência da Conservação, Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. 43 p. (Tópicos em conservação preventiva; 1) Disponível em: [http://www.lacicor.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=80&Itemid=57](http://www.lacicor.org/index.php?option=com_content&view=article&id=80&Itemid=57)). Acesso em: 03 dez. 2019.

SPINELLI Jr., Jayme. **A conservação de acervos bibliográficos & documentais**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento de Processos Técnicos, 1997. 90 p. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/documento-tecnico/conservacao-acervos-bibliograficos-documentais/aconservacaoacervosbibliograficosedocumentais.pdf>. Acesso em: 16 maio 2020.

SPINELLI Jr., Jayme; PEDERSOLI JR, José Luiz. **Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência**. ed. rev. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. 99 p. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg\\_plano\\_risco\\_por/drg\\_plano\\_risco\\_por.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg_plano_risco_por/drg_plano_risco_por.pdf). Acesso em: 16 maio 2020.

SUNDSTRÖM, Admeire da Silva Santos. Políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e o papel social do bibliotecário. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 106-132, maio/ ago. 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1155/1134>. Acesso em: 14 jun. 2020.

THOMSON, G. **The Museum Environment**. Italy: ICCROM, 1988.

## D – Páginas eletrônicas

AQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Busca de Jornais Mineiros, ordenados por notação ascendente. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php?query=&andor=AND&dt1=&dt2=&notacao=&nantiga=&ordenar=30&asc\\_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id\\_REQUEST=0a94dda04639b057c378d68c46f298c0](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php?query=&andor=AND&dt1=&dt2=&notacao=&nantiga=&ordenar=30&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUEST=0a94dda04639b057c378d68c46f298c0). Acesso em: 18 set. 2020.

AQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Listagem de Fundos e Coleções. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos\\_colecoes/listagem.php](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/listagem.php). Acesso em: 18 set. 2020.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Histórico do Arquivo Público Mineiro. Disponível em:<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=4>. Acesso em: 19 dez. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTISTÍSTICO NACIONAL. Mesa redonda de acervos arquivísticos IPHAN 1986, p. 173. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=7989>. Acesso em 24 de jan. 2020.

PLATAFORMA LATTES. Currículo do Professor Saulo Guths. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2032834036613391>. Acesso em: 3 jun. 2020.

**APÊNDICE A – LISTA DE DOCUMENTOS PESQUISADOS E ORGANIZADOS NO ARQUIVO DA DIRETORIA DE CONSERVAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO\***

	<b>[Arquivos da Diretoria de Conservação – área MEIO]</b>
	Aperfeiçoamento e capacitação dos servidores
<b>X</b>	Arquivos Pedro de Brito Soares
	CEA (atos + explicação da sua constituição)
	Comunicação (memorandos, C.I)
<b>X</b>	Controle ambiental (registros de controle climático – incompletos)
	Controle de fluxo de documentos (incluem o controle de restauro de documentos)
	Convênios de Cooperação Técnica
<b>X</b>	Convênios para projetos que incluem acervos
	Cursos (incluem solicitações);
	Documentos da área meio (Patrimônio/R.H/ Finanças);
	Documentos de empréstimo (incluem casa Fiat e expo Carlos Drumont de Andrade)
	Documentos de estágio (inclui programa de ação)
	Equipamentos e Compras (manuais de instalação, catálogos, fornecedores e orçamentos)
	Estágios e bolsas
	Eventos
	Fichas de Diagnóstico
	Fichas de inscrição (incluem eventos da área + controle de treinamento)
	Inventário Patrimonial de todos os setores
	Laboratório de Restauração (relatórios e fichas de diagnóstico)
<b>X</b>	Leis, Projetos e Decretos
	Lista de materiais para laboratório de Preservação

	Listagem (inclui lista de seguro para exposições)
	Manual de análise de análise de projeto
	Microfilmagem e sinaléticas
	Normas e Manuais
X	Documentação sobre obras (manutenção na edificação – cobertura 2014)
X	Orientação Técnica (incluem análise para diagnóstico externo, vistorias, visitas técnicas, consultorias, relatórios de vistoria)
X	Orientação técnica (análise para projeto cultural externo. Exemplos: SeGov ou acervo filmico; Casa Civil – negativos; Alto Paranaíba; CREA; Memorial Imprensa; Assembleia)
	Processo de tombamento (levantamento histórico)
	“Processo” de aquisição (Obra de Aleijadinho em Ouro Preto)
X	Programa de Trabalho – Secretaria de Cultura 1999/2002
	Projeto Uberada
	Projetos de Restauração (restauro de documento histórico – Casa dos Contos)
	Referências (incluem boletins informativos e reportagens: área fim e demais referências de patrimônio)
X	Relatórios de atividades da área FIM (Diretoria de Conservação)
	Serviços de Manutenção do patrimônio imóvel (dedetização, manutenção de ar, relatório de cobertura do APM; relatório de manutenção preventiva APM)
	Termos de empréstimo
	<b>[Arquivos da Diretoria de Conservação – área FIM]</b>
	Controle de acervo (entrada e saída)
	Inventário e Fichas de Diagnóstico
	Levantamento histórico
	Lista de acervo
	Microfilmes
	Orientação Técnica (incluem análise para diagnóstico externo, vistorias, visitas técnicas, consultorias, relatórios de vistoria e obras)

X	Programa de trabalho
X	Relatórios de atividades da área finalística (Diretoria de Conservação)
X	Relatórios
	<b>[Fundo Arquivo do Arquivo – Inventário Analítico]</b>
	<u>[Série] Subsérie 16</u>
	<b>Achiles Macro M. da Costa Leite – 1989 a 1995</b>
	<u>[Série] Subsérie 17</u>
	<b>Norma de Góes Monteiro 273 – 1995 a 1999</b>
X	Subsérie 01 – Reformas APM
	Subsérie 02 – Correspondências
X	Subsérie 04 – Projetos
X	Subsérie 05 – Relatórios
	<u>[Série] Subsérie 18</u>
	<b>Edilane Maria de Almeida Correia</b>

\* Os documentos que apresentam a marcação em X, foram aqueles em que se tinha maior interesse para obtenção de dados para a composição da dissertação. Nem todos os documentos selecionados, no entanto, forneceram informações substanciais.

**APÊNDICE B – LISTA DE TODOS DOS OS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO  
DO APM DESDE A SUA FUNDAÇÃO EM 1985**

Nome	Ano de atuação
José Pedro Xavier da Veiga	1895 a 1900
Antônio de Carvalho Brandão	1900 a 1901 (interino)
Antonio Augusto de Lima	1901 a 1910
Francisco Soares Peixoto de Moura	1910 a 1920
Theóphilo Feu de Carvalho	1920 a 1936 (oficial e interino)
Mário Franzen de Lima	1922 a 1936*
Adolfo Júlio Timburibá	1923 a 1926 (interino)
Aurélio Pires	1927 a 1930 (interino)
Arduíno Fontes Bolivar	1936 a 1938
Oscar Bhering	1938 a 1948
João Gomes Teixeira	1948 a 1973 **
Ivo Porto de Menezes	1974 a 1975
Francisco de Assis Andrade	1975 a 1987
Augusto Elísio de Matos Chelotti	1987 a 1988
Neide Pestano Thomasi	1988 a 1989
Achiles Mauro Mitraud de Castro Leite	1989 a 1995
Norma de Góes Monteiro	1995 a 1999
Edilane Maria de Almeida Carneiro	1999 a 2005
Renato Pinto Venâncio	2005 a 2009
Maria Efigênia Laje de Resende	2009 a 2012
Vilma Moreira dos Santos	2012 a 2015
Thiago Veloso Vitral	2015 – atual

Informações para a composição da lista de responsáveis pelo APM disponibilizada pela Secretária da ACAPM, Márcia Alkimim e, em parte, também disponível no Fundo do Arquivo Público Mineiro no endereço eletrônico da instituição.

\* Retornaria ao cargo, na condição de substituto, de 16 de outubro de 1926 até janeiro de 1927 e de maio de 1933 até abril de 1936.

\*\* Em 1973 se aposenta, mas fica no cargo até 31 de janeiro de 1974.